



Lousa Rabiscada
Artigos Reunidos

José Neres

José Neres

Lousa Rabiscada

Artigos Reunidos

São Luís

2013

© Todos os direitos deste trabalho pertencem ao autor, que autoriza reprodução e divulgação dos textos que compõem este livro digital, desde que seja resguardada a autoria dos mesmos, com as devidas referências e citações.

Digitação, diagramação e capa

José Neres

Revisão final

José Neres e Lindalva Barros

Neres, José (1970)

Lousa Rabiscada – Artigo Reunidos / José Neres –
Publicação Digital, 2013.

ISBN: 978-85-912085-4-8

1 Estudos Literários 2. Título

A Laura Barros Neres, Gabriel Barros Neres e Lindalva
Barros, com o carinho de sempre.

Na construção de um trabalho, seja ele acadêmico ou não, diversas são as pessoas envolvidas. Cada uma delas contribui de seu modo para que cheguemos a nosso objetivo final. Provavelmente nem todos serão aqui nominados, mas ser traído pela memória faz parte da vida. Mesmo assim, não podemos deixar de agradecer:

A meus professores e professoras do Mestrado, pela contribuição sem fim na minha formação: Afonso Galvão, Cândido Gomes, Geraldo Caliman, Luiz Síveres, Kátia Tarouquella Brasil, Maria Cândida Moraes e Beatrice Laura Carnielli (im memoriam) – muitos dos textos deste livro foram inspirados nas aulas desses grandes educadores.

A meus colegas de Mestrado: Karla Mamede, José Maia, Paulo Menis, Cláudia Godoy, Delcimara Caldas, Lisiane Castro, Francisca Eliete, José Ricardo, Ieda Cristina, Adriana Mendonça, Adriana Santana, Cláudio Santos, Edna Vilhena, Elaine de Jesus, Elani Castro, Elaine Tonello, Ivone Ascar, Yáscara Castro, Loianne Magalhães, Mario Rondon, Vanda Freire, Viviane Sampaio, Valéria Matias e Wanderson Lô.

A alguns amigos que sempre estão na torcida pelo meu sucesso: Elaine Casale, Omar Carmona, Alice Moraes, José Ewerton Neto, Marcos Fábio, Dino Cavalcante, Nonato Marreiros, Sebastião Moreira Duarte, Nilzenir Ribeiro, Joaquim Gomes, Nilda Cruz, Lenita Estrela de Sá, Kátia França, Antônio Martins de Araújo e Ruy Pontes.

Aos editores de Opinião do Jornal *O Estado do Maranhão*, do *Jornal Pequeno* e da *Revista Conhecimento Prático Língua Portuguesa*, pelo espaço concedido para meus artigos e crônicas ao longo destes anos.

A todos os meus alunos do ensino médio (Centro Educacional Montessoriano), do pré-vestibular (CMV e Alquimia), dos cursos superiores (Ifma, Fama, Ufma e Pitágoras) e da pós-graduação (Fama, Iesf, Santa Fé e Censupeg). Muitas de nossas discussões e debates em sala de aula foram transformados em textos.

A todos os professores que usaram meus textos em sala de aula, com o objetivo de promover o debate sobre nossa educação.

APRESENTAÇÃO

Atendendo a muitos pedidos de amigos que gostam de ler meus textos sobre Educação, decidi reunir meus artigos, crônicas, resenhas e ensaios sobre o assunto neste volume que circulará exclusivamente pelo mundo virtual, sem ônus de qualquer espécie para os leitores.

Com exceção do ensaio assinado por mim e pelos colegas Francisca Eliete Moraes e José Ricardo Cunha e de algumas resenhas, todos os demais textos já foram publicados em jornais, revistas ou periódicos científicos. Alguns estão também circulando pela internet, às vezes sem citação de autoria. Então a presente publicação é uma forma de levar a quem quiser algumas de minhas ideias sobre educação e ao mesmo tempo evitar que alguém precise vasculhar páginas antigas de jornais em busca de um texto que saiu publicado apenas uma vez.

Na primeira parte do livro, estão as crônicas e os artigos críticos que publiquei em jornais e revistas sobre diversos temas relacionados à Educação. O estilo é

obrigatoriamente mais leve e despojado de termos científicos. Grande parte desses artigos eu escrevi durante o curso de Mestrado em Educação. São exercícios para que eu entendesse melhor algumas situações que mereciam (e ainda merecem alguma reflexão).

A seguir, temos o as resenhas. Elas nasceram de minhas leituras de livros mais teóricos. Infelizmente, não pude publicar todas que escrevi, pois algumas estão ainda em processo de avaliação em revistas científicas. O mesmo acontece na parte referente ao artigo científico. Como há uma demora significativa das revistas na aprovação (ou não) dos trabalhos submetidos, deixo de fora deste volume uns quatro ou cinco artigos que devem permanecer inéditos até resposta dos pareceristas responsáveis pela avaliação.

Espero que a leitura deste pequeno livro sirva para despertar a reflexão sobre nosso sistema educacional e que estimule debates sobre os temas aqui discutidos,

José Neres

1º de janeiro de 2013

SUMÁRIO

CRÔNICAS E ARTIGOS CRÍTICOS	11
Viciados em cola	12
Ler pelo prazer de ler	16
Os donos da rua	20
A triste prática do plágio	24
Não penso, loco copio	28
A presença ausente	32
E com a palavra... o data show	36
Tudo em paz	39
Trabalhar e dar aula	43
Cérebros prostituídos, mãos de aluguel	47
O bullying e suas múltiplas faces	51
Dois pensadores da educação	55
Vestibular e estresse	59
O do(c)ente	63
O pai da Pedagogia Social no Brasil	67
Uma tela, um teclado e a solidão	72

Tragédia nossa de cada dia	76
Um sociólogo em luta pela educação	80
Clima escolar e aprendizagem	84
Seria bom se fosse apenas ficção	87
Cabelos grisalhos em sala de aula	93
RESENHAS	98
A educação em novas perspectivas sociológicas	99
Reflexões sobre o ato de aprender	107
A escola vista por dentro	113
O português falado e escrito: o Enem em questão	121
Diferenças educacionais em questão	127
OUTROS TEXTOS	136
Aprendendo para nós e para os outros	137
A autorregulação na aprendizagem de alunos de cursos pré-vestibulares	150

**CRÔNICAS E ARTIGOS
CRÍTICOS**

VICIADOS EM COLA*

A princípio, pelo título, o leitor poderia ser levado a pensar nas rotatórias das grandes cidades, nas quais, até hoje é possível encontrar crianças, adolescentes e adultos com um paninho embebido em solvente, cola de sapateiro ou qualquer outra substância tóxica. Vício este que se vê rapidamente substituído pelo devastador uso do crack. Mas não é desse triste quadro que vamos falar neste breve texto, mas sim de outro tipo de vício que nem sempre faz mal ao corpo, mas que pode ter efeito devastador para a sociedade.

Iremos, sim, falar de pessoas, ditas estudantes, que, em qualquer grau de estudo, ficaram viciadas em usar cola (e suas variações linguísticas: pesca, sopro, “apoio pedagógico”, etc.) durante as provas ou atividades avaliativas.

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 20 de dezembro de 2012.

Os artifícios utilizados pelos “estudantes” a fim de fraudarem o processo vão até onde alcança a imaginação humana, ou até mesmo, em alguns casos, ultrapassam os limites impostos pela lógica.

Há os métodos mais antigos, que hoje podem soar como rudimentares, mas que até hoje têm suas aplicabilidades: anotações em borrachas, papel escondido no tubo da caneta, fórmulas escritas na palma da mão ou outras partes do corpo, olhos esticados para a prova do colega, o conhecido sussurro de “passa a primeira”, o desesperado pedido de “passe o que tiver”, os papeizinhos que correm de mão em mão pela sala, as xérox reduzidas de textos, e assim por diante.

Existem também os métodos mais modernos que utilizam a tecnologia para fins escusos: ponto eletrônico, mensagens de texto com gabarito das provas ou mesmo com a imagem da prova e suas respectivas respostas, acesso à internet com o intuito de localizar a questão (em casos assim, o “estudante” fica indignado se a questão foi elaborada pelo professor), celulares escondidos nas partes mais improváveis do corpo e tantos outros artifícios.

Alguns tipos de cola (pesca) chegam a ficar na linha limite entre a criatividade e a bizarrice, como, por exemplo,

alguém frequentar aulas de libras com o único intuito de, silenciosamente, comunicar-se com companheiros que estejam dentro ou fora da sala de aula, passando as respostas para os colegas ou recebendo resoluções destes; mímicas feitas com intenção de passar respostas; supostas agressões verbais que, na verdade, são códigos previamente combinados, como é o caso de “Não está entendendo essa questão, sua anta”? (para letra A); “besta” (para letra B), “cavalo” (para letra C); “doido” (para letra D) ou “égua” (para letra E). Tudo tão bem orquestrado que é capaz de deixar o professor sem saber o que fazer diante da situação.

Contudo, independentemente do grau de criatividade ou não durante o processo de cola em prova, é importante ter em vista que se trata de um ato condenável por diversas razões. Uma delas é que quem se inicia nessa prática possivelmente se acostumará com as aparentes facilidades de ter uma nota sem dispendir esforços. Desse modo, as aparentemente inocentes colas do mundo escolar se transformarão em compra de vagas para concorridos cursos de universidades e até mesmo subornos para alguém de maior capacidade intelectual para fazer trabalhos durante o andamento do curso.

Também há de ser levado em consideração que quem fornece a “pesca” está colaborando para tirar uma pessoa incompetente da sala de aula e levá-la para o mundo profissional. Ao mesmo tempo, os usuários de tais expedientes dão largos passos rumo a uma vida profissional medíocre e desprovida de valores éticos.

O mais interessante é, no final de um curso em que a pessoa nada fez para merecer o diploma, vê-la fazendo um juramento diante dos próprios colegas, da família, dos professores e de uma sociedade inocente que irá receber em seu seio mais um corrupto diplomado.

LER PELO PRAZER DE LER*

Ler é a chave para a aquisição de todo o conhecimento humano acumulado desde tempos imemoriais. Claro que além da leitura há diversas outras forma de aprender, no entanto ela é capaz de facilitar todo esse processo e de tornar menos tortuosos caminhos que nem sempre gostaríamos de trilhar.

Mesmo em um momento histórico de constantes incertezas e de fluidez de relações e de costumes, o conhecimento não técnico e a experiência leitora parece estar perdendo terreno para atividades que tragam um retorno pecuniário, de preferência a curto ou, no máximo, a médio prazo. Dessa forma, foi gestada a ideia de que ler é perder tempo e que a nada leva.

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 18 de dezembro de 2011.

Ironicamente, em uma sociedade que valoriza a velocidade e a multiplicidade de eventos concomitantes, as ferramentas tecnologicamente mais avançadas exigem que o usuário tenha que ler, ler e ler. Porém esse tipo de leitura que busca informações, dados e meios de agilizar o tempo de resposta e de otimizar os processos de produção está inserido mais no âmbito da mecanização das relações que na saborosa busca do saber sem compromisso com os utilitarismos da vida contemporânea.

Assim como os alimentos consumidos no dia a dia servem para nutrir nosso organismo, fornecendo-nos energia para as lides cotidianas, a leitura pode ser metaforicamente vista como uma das fontes de energia que manterá viva em cada ser humano a chama do desejo de aprender e de compartilhar experiências com o mundo que nos rodeia, fazendo com que nosso cérebro tenha seu estoque de informações constantemente renovado.

Mas ler não é apenas correr os olhos por uma folha de papel ou pela tela de um computador. Ler vai muito além do ato mecânico de decodificar, palavras, frases e parágrafos. Há quem acredite também que a qualidade da leitura esteja diretamente relacionada com a quantidade de páginas lidas em

determinado intervalo de tempo. Na verdade, o processo de aproveitamento do que foi lido nem sempre obedece à lógica preconizada pela matemática. Então, dessa forma, alguém pode ler pouco e ter um excelente aproveitamento das páginas lidas. Por outro lado, uma pessoa que tenha devorado com os olhos quilômetros de páginas talvez não tenha retido informações suficientes para dizer que realmente leu algo.

No meio de uma *selva oscura* em que a quantidade tem se tornado bem mais requisitada que a qualidade, o prazer de ler parecer ter ficado também em segundo plano. Lê-se para uma prova. Lê-se para buscar uma informação urgente. Lê-se para lutar por uma promoção no emprego, para montar um aparelho eletrônico, para descobrir onde mora alguém... Todos os tipos de leitura são válidos e merecem os devidos aplausos. Mas a modalidade de leitura mais interessante é aquela descompromissada, livre de obrigações, sem interesse de produzir uma resenha ou de conquistar uma nota...

Em pé, deitado, sentado ou mesmo andando, o mais eficiente tipo de leitura é aquele que se transforma em prazer a cada linha devorada e que é capaz de levar o leitor a sair de sua realidade e conhecer novos ambientes, nova ideias e a conviver o inesperado, com o inefável de novas descobertas. Quando a

leitura se torna uma fonte de prazer constante e inesgotável, a pessoa descobre que ler pela simples vontade de ler é uma forma de viver.

OS DONOS DA RUA*

Não. Neste artigo não falaremos sobre os jovens de famílias abastadas, de madrugada ou mesmo à plena luz do dia, usam seus potentes carros para promoverem “pegas” pelas ruas e avenidas de nossas cidades. Também não nos interessam, pelo menos neste texto, os agora oficializados flanelinhas (guardadores de carros) que lotearam todas as ruas de nossa capital e promovem verdadeiras farras de extorsões contra os condutores que, sem opção, pagam por uma proteção que não existe.

Também não é assunto deste texto os transeuntes que não conseguem andar nas acanhadas e estreitas calçadas e teimam em trafegar no meio da pista de rolamento, disputando espaço com os automóveis e pondo em risco a vida de

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 17 de setembro de 2011.

pedestres e motoristas, contribuindo também para a lentidão do já caótico trânsito da cidade. Neste texto não há interesse também de comentar as peripécias dos motociclistas, que ziguezagueiam entre os carros, destruindo retrovisores e desafiando o perigo a cada cruzamento de avenida, em troca de alguns segundos de vantagem na insana corrida contra o tempo. Os motoristas profissionais (taxistas, condutores de van ou de ônibus, etc.) que se consideram os verdadeiros ases do volante e que, apesar de dependerem do trânsito, tratam com total desrespeito os demais usuários das vias e que acham que podem “cortar” os demais veículos e vociferar contra tudo e contra todos também não são o motivo central deste texto.

Não. Os donos das ruas que aparecem no título são alguns pais, mães e responsáveis que, ao deixarem ou buscarem seus filhos na escola, comentem verdadeiros atos de selvageria, de má educação e de desrespeito às regras de trânsito. Mal começa a manhã e tem início o festival de absurdos. Alguns pais/mães acreditam que são os verdadeiros donos da rua e param sobre as calçadas, fazem dos recuos de desembarque seus estacionamentos privativos, sem se importarem com a pressa dos outros pais, que, muitas vezes, ficam presos na porta da escola, pois os demais carros

estacionados em locais impróprios impedem a passagem de quem cumpre a lei.

Na hora da saída, o tumulto se repete, com mais alguns agravantes. Pais e mães param no meio da pista e, de dentro do automóvel, buzina insistentemente, a fim de chamar a atenção do porteiro. Outros ligam o som a toda altura e esperam a prole ouvindo sua música preferida, sem atentar para o fato de que outros alunos ainda estão em aula e que aquela barulheira irá incomodar o já tumultuado final de horário, levando professores, alunos e direção a um desgaste desnecessário. Em fila dupla ou tripla, os pais esperam pelos filhos. Alguns descem do carro não com o intuito de receber as crianças, mas sim para aproveitar a sombra mais próxima. Insistentemente, olham para o relógio e resmungam que a escola demora a liberar os alunos. Enquanto isso, no meio da rua, o automóvel impede a passagem de outros veículos. O turbilhão de buzinas parece não incomodar os pais que, de posse dos filhos, voltam para o carro e, coroando falta de modos, arranca fazendo gestos obscenos e soltando palavras de baixíssimo nível.

Alguns pais e algumas mães ainda não perceberam que o simples ato de matricular a criança em uma escola, a compra

do material e o aparente sacrifício de deixá-la e buscá-la todos os dias não esgotam suas responsabilidades para com a educação dos filhos. A chegada e a saída dos alunos, assim como o percurso entre a escola e a residência são importantíssimos para a formação da criança e do adolescente. Mas vendo os pais buzinando na porta da escola, parando em fila dupla, ofendendo verbalmente os outros pais e considerando-se os verdadeiros donos das ruas, qual será o complemento educacional que transmitem às novas gerações?

Os futuros adultos serão um reflexo da educação que recebem hoje. E não é somente a escola a responsável pela formação do jovem. Os pais com seus exemplos positivos poderão contribuir (e muito) para que as futuras gerações considerem quem não só as ruas, mas sim todo o mundo é um bem coletivo que pode ser compartilhado sem a necessidade do uso da desonestidade, da ignorância ou da esperteza.

A TRISTE PRÁTICA DO PLÁGIO*

Preguiça? Deficiência intelectual? Busca de facilidades? Certeza de impunidade? Ingenuidade? Falta de orientação? Ou um atávico pendor para a prática de furtos generalizados em todos os graus? Não se sabe ao certo a gênese ou o DNA dos inúmeros plágios que infestam os trabalhos(?) acadêmicos em nossas universidades e faculdades.

É preciso sempre lembrar que plágio escolar/acadêmico não é novidade. Ele vem desde o tempo em que os estudantes copiavam páginas e mais páginas de livros, revistas, enciclopédias e alegavam que o resultado daquela bricolagem era um trabalho digno de nota. Mas pelo menos podia-se dizer que, durante o ato de transcrever o texto, o aluno acabava assimilando parte do conteúdo e, dessa forma, havia algum tipo de aprendizagem.

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 12 de julho de 2011.

Hoje, no entanto, com as inúmeras facilidades oferecidas pelo mundo virtual, os atos de localizar, selecionar, copiar e colar tornaram-se tarefas praticamente automáticas, que, em muitos casos, dispensam a leitura integral do texto. Em alguns cliques, uma pesquisa que levaria dias, semanas ou até mesmo meses, se solidifica em forma de texto. Há casos em que o plagiador faz uma montagem tão esmerada que é capaz de enganar até mesmo os mais atentos leitores. A maioria, porém, tudo que consegue fazer é um Frankstein, no qual as partes não se encaixam. De qualquer modo, bem ou mal feito, esse tipo de texto não passa de plágio, de apropriação indébita de ideias, palavras e de trabalhos alheios.

As notícias de que alguns desses infratores foram pegos e, às vezes, desmoralizados acabam por alertar os plagiadores mais atentos, que, temerosos de que seus “trabalhos” sejam rastreados por ferramentas e programas específicos, tentam ludibriar os examinadores com substituição de palavras por sinônimos ou com inversão dos termos de algumas orações. Dessa forma, se o professor não ler com atenção o texto e se confiar tão somente nos recursos eletrônicos para a detecção de plágios, acabará chancelando com notas, às vezes, altíssimas a incompetência e a preguiça do “estudante”.

O professor, quase sempre um semianalfabeto nas lides com os instrumentos tecnológicos, e, às vezes, também um emérito plagiador, é até capaz de ficar feliz com as notas obtidas por determinados alunos. Inocentemente, ele pode até pensar que a educação está melhorando, que aqueles estudantes estão assimilando melhor os conteúdos ensinados. Em outros casos, o mestre até percebe a enganação, mas, ou por não ter provas ou para não se indispor com os plagiadores, acaba compactuando com a situação.

Contraditoriamente, nos casos em que o plágio é detectado e o(s) culpado(s) são chamados para uma conversa (quase sempre reservada), o que se vê não é uma atitude de vergonha por haver cometido um crime, nem o constrangimento de ter(em) sido pego(s) em uma situação delituosa, legal e moralmente condenável. O que se vê quase sempre são atos de revolta contra quem descobriu a fraude. A inversão de valores dos plagiadores chega ao extremo de deixar a impressão de que o crime não é apropriar-se do trabalho alheio, mas sim descobrir que isso foi feito. Diante das provas, o ódio geralmente é mais forte que a vergonha.

Para piorar a situação, ainda há os casos de quem vende trabalhos prontos, quase sempre uma montagem

grosseira de diversos textos. Quando na redação são detectadas as fontes, quase sempre o comprador, que se julgava esperto por adquirir um trabalho especialmente feito para aquela situação, descobre foi vítima de outros elementos ainda mais espertos, que jamais perderiam seu tempo fazendo pesquisas sérias para quem não sabe o que significa seriedade.

Realmente não é possível saber de onde vem a motivação para plagiar. Mas não é tão difícil prever seus resultados: profissionais desqualificados que, possivelmente, diante de uma situação desafiadora, não terão capacidade de resolver nem mesmo os problemas mais simples. Trabalhos podem até ser comprados ou copiados, mas a competência é uma exclusividade de quem estuda.

NÃO PENSO, LOGO COPIO*

É do conhecimento de todos que pesquisar é uma tarefa árdua, que exige tempo, dedicação e uma grande dose de paciência. Muitos professores, como forma de complementação dos assuntos estudados em sala de aula, ou mesmo como preparação para o entendimento de aulas vindouras, costumam passar trabalhos de pesquisa para seus alunos.

A ideia é válida, a iniciativa é louvável, mas nem sempre os resultados são os esperados ou pelo menos os desejáveis. Quando não é pedido um trabalho escrito como forma comprobatória da pesquisa, o professor constantemente se depara com uma grande quantidade de alunos que não leram sobre o assunto proposto. Nesse caso, todo o planejamento tem que ser instantaneamente alterado, sob o risco de transformar o

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 09 de março de 2010.

que seria uma construtiva discussão em mero monólogo ou, em alguns casos, em um enfadonho solilóquio.

Mas a situação tende a piorar quando o professor, no afã de assegurar-se do comprometimento do alunado para com a pesquisa, decide exigir um trabalho escrito sobre o assunto proposto. Com as facilidades tecnológicas oferecidas pelo mundo contemporâneo, as chances de o professor receber um texto originado da pesquisa, filtrado pelos conhecimentos adquiridos e redigido pelo próprio aluno são drasticamente reduzidas. Em contrapartida, os riscos de receber um texto integralmente baixado da internet, ou montado com fragmentos de inúmeros sites são multiplicados ao infinito.

Não são raros os que argumentam que copiar trabalhos não é exclusividade de hoje, pois, quando não havia internet, os alunos copiavam de enciclopédias, livros, jornais ou revistas, transcrevendo linha a linha as informações contidas na chamada fonte de pesquisa. Isso é verdade! Mas também é verdade que há uma quilométrica diferença entre fazer uma pesquisa séria e simplesmente colar um texto da WEB em uma página da Word ou, mais fácil ainda, imprimir uma página eletrônica, muitas vezes escolhida aleatoriamente após alguns

segundos de busca no Google, fazer uma capa e por o próprio nome como autor em um texto do qual nem mesmo se leu o conteúdo.

Quando um estudante utiliza as inúmeras possibilidades de pesquisa na internet para produzir o próprio texto, ele está progredindo. Mas quando copia um texto com o fim deliberado de enganar o professor e de conquistar uma boa nota, ele comete no mínimo dois delitos: um contra os direitos autorais, outro contra si próprio, pois enganar a si mesmo pode ser uma prova de debilidade intelectual em alto grau.

O pior é que a onda de plágio vem ganhando proporções gigantescas e vem inundando de cópias espúrias os diversos graus da educação, desde o ensino fundamental até os cursos de pós-graduação, mestrado e inclusive doutorado. Mesmo com o aperfeiçoamento dos mecanismos de detecção de cópias, é comum encontrar soluções “rápidas e práticas” para burlar os programas que teimam em denunciar os fraudadores.

No interessante livro “Como evitar plágio em monografias”, o jornalista, escritor e editor Adalberto Franklin

traz boas dicas para o uso ético das ferramentas da internet, mas nenhuma das sugestões do autor surtirá efeito se alunos, professores (sim, porque eles também copiam de forma indevida) e a sociedade em geral não se conscientizarem de que a pesquisa é muito mais do que uma tarefa sáfara e corriqueira, mas sim um instrumento de crescimento intelectual.

O vício do plágio e a certeza da impunidade levam a um paradoxo, afinal de contas, seu não penso, copio, porque penso que minha ação não será descoberta. Mas se ela for descoberta, tudo continuará da mesma forma que estava antes. É o famoso pacto da mediocridade, logicamente copiado de alguém.

A PRESENÇA AUSENTE*

Por um desses inexplicáveis paradoxos que oscilam entre os mais altos graus de criatividade e o extremo senso de oportunismo, acabamos criando em nosso combalido sistema educacional o fenômeno da presença ausente.

A situação pode ser facilmente comprovada em qualquer uma das inúmeras salas de aula dos diversos níveis de educação. Como há muito tempo a figura do professor não é mais essencial para o andamento das aulas, sendo mesmo, em alguns casos, até considerada dispensável ou obsoleta, outro elemento tomou o lugar de honra nas aulas: a folha de chamada, que também atende pelo nome de lista de frequência.

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 24 de novembro de 2009.

Em uma sociedade que cada vez mais evidencia a supremacia da certificação em detrimento da comprovação do saber é natural que haja a proliferação de algumas frases estapafúrdias como as seguintes: “Professor, não poderei vir na próxima aula, mas não se esqueça de botar minha presença.”, “Se eu não vier na próxima semana, vou levar falta?”, “Professora, tenho que ir ao casamento de uma amiga. Não posso perder essa festa, mas eu não posso levar falta, viu?”, “Professor! Não é possível! Como é que eu tenho tanta falta? O senhor tem que passar um trabalho para retirar minhas faltas...”, “Professora, já falei com a direção, a senhora tem que passar umas atividades para justificar minhas ausências, pois ganhei uma viagem num concurso e vou passar um mês viajando com meu namorado... Mas não passe nada muito complexo, pois tenho que aproveitar a viagem com meu Love”.

Como se vê, o único fator de importância nas “justificativas” dadas é a certeza da presença na lista de chamada. A preocupação com a aprendizagem, com os assuntos que serão estudados é praticamente nula, ou seja, não importa o que aconteça na sala de aula, desde que o nome do

“estudante” esteja devidamente registrado em uma folha de papel.

Há também os casos em que o aluno está fisicamente presente em todas as aulas, mas, como entidade intelectual e participativa, está tão ausente quanto os que, por algum motivo, não puderam (ou não quiseram) comparecer. Geralmente tal aluno aproveita os horários de aula para pôr as conversas em dia, paquerar as colegas ou ainda para aprender a usar todos os recursos oferecidos pelo aparelho celular recentemente adquirido. Em suma, ele está presente, mas sua vontade de estudar está ausente (e bem distante!).

Não podem ser esquecidas as intermináveis idas ao banheiro, a incontrolável sede (só de líquidos, nunca de conhecimento) que obriga o aluno a sempre sair da aula, os atrasos constantes na chegada e os intermináveis pedidos para sair mais cedo. No caso das universidades e faculdades, há também aquele tipo de “estudante” que se especializa em deixar seus pertences nas cadeiras e sair para aproveitar o tempo pelos corredores ou no barzinho mais próximo. Mas, na hora da chamada, ele, invariavelmente, está lá, falando alto, para marcar sua presença.

Desse modo, o que se nota é que há muitas pessoas ávidas por um título. Algumas delas se matriculam, ou são matriculadas, na esperança, não de uma aprendizagem sólida ou de uma formação consistente, mas sim com o desejo de que suas ausências não sejam notadas e que ainda por cima sejam premiadas com um certificado que comprove sua presença na estatística dos alunos diplomados.

E COM A PALAVRA... O DATA SHOW!*

A cena pode ser facilmente imaginada. Um auditório lotado. Uma plateia sedenta de informações. O(a) palestrante, geralmente muito bem vestido(a), com um cd ou um pen-drive nas mãos, se aproxima do responsável pelo equipamento de informática. Sorri para alguns conhecidos ocupantes das primeiras filas. Acena para outros que estão sentados um pouco mais distante. De repente, uma informação turva todo o semblante do(a) palestrante: a mídia passada por ele não abriu. Seu arquivo eletrônico tão cuidadosamente elaborado durante horas está comprometido. O que fazer?

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 30 de outubro de 2009.

Algumas pessoas, diante de tal situação, abrem um belo sorriso e enfrentam o público usando o carisma, a voz, o verbo e os conhecimentos adquiridos ao longo de muitos momentos de estudo. Outros, por sua vez, empalidecem e não conseguem nem mesmo sair do lugar. A vista fica turva, a boca parece seca e o mundo começa a girar em sua cabeça. Não haverá possibilidade de haver a palestra. Todo o conteúdo está devidamente arquivado naquela mídia que teima em não abrir. Nem os arquivos, nem a memória funcionam. Tudo acabado. A palestra termina mesmo antes de começar.

A cena acima ilustra muito bem a dependência de algumas pessoas com relação à tecnologia. Há alguns anos, os professores aprendiam nos cursos de licenciatura como utilizar recursos didáticos que, na época, eram bastante avançados, como, por exemplo, álbum seriado, cartazes, mimeógrafos e, em casos extremos, gravadores, videocassete e retroprojeter. Nem se falava ainda em tecnologias que hoje são tão comuns, como laptops, sons digitais, internet e data show, recursos que, sem dúvida, revolucionaram as técnicas de ensino-aprendizagem, mas que também trouxeram alguns vícios para as pessoas que começaram a confiar cegamente na tecnologia como forma de substituir o conhecimento humano.

Em alguns casos, o professor/palestrante nem mesmo se preocupa em estudar o assunto, pois tudo estará escrito nos slides, bastando, portanto, apenas ler o que aparece na iluminada tela com suas letrinhas coloridas e suas imagens animadas. Em um simples clique, até mesmo a pessoa menos habilitada no assunto se sente confiante para enfrentar uma plateia, mas o problema é que imprevistos acontecem, e nem sempre os recursos esperados estão disponíveis. Nesses casos, quem realmente está preparado para os debates não se preocupa com possíveis falhas tecnológicas.

Quando sua utilização não se torna uma forma de esconder desconhecimentos, o data show é uma ferramenta que pode prestar inúmeros bons serviços à educação e às apresentações em geral. Mas se for utilizado como se fosse apenas uma tela para transcrever textos que serão lidos para o público ou alunos – e às vezes lidos muito mal – seu uso estará fatalmente condenado ao fracasso.

Algumas pessoas estão tão dependentes da tecnologia que, no início de algumas exposições e palestras de pessoas tão inseguras, o mestre de cerimônias poderia, no lugar de dizer o nome do convidado anunciar da seguinte maneira: “Senhoras e senhores, com a palavra o data show!”

TUDO EM PAZ...*

Houve um tempo, na história recente de nossa educação, que a frase “o aluno está entrando para a Universidade sem saber ler nem escrever” causava escândalo em uns e espanto em outros. Hoje, essa frase já é dita com certo ar de saudade, pois, muito rapidamente, vem sendo substituída por outra muito mais grave: “O estudante está saindo da Universidade sem saber ler nem escrever.”

Claro que há exceções e elas devem sempre existir, para que a esperança em uma Educação de qualidade não se torne apenas uma utopia ou uma distante quimera. Mas o que se vê é capaz de desanimar os educadores menos tenazes.

Recentemente, um professor, após estudos exaustivos de um texto, pediu a sua turma, com cerca de quarenta alunos, que escrevesse uma dissertação sobre os três livros que marcaram a

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 04 de agosto de 2009.

vida de cada aluno. Para sua surpresa, oito alunos (20% da turma) não entregaram a atividade, alegando que nunca haviam lido um livro completo. 55% (correspondente a 22 estudantes) dissertaram sobre a Bíblia – mesmo assim quase sempre de maneira superficial e confusa – e apenas citaram o título ou o autor das demais obras. Apenas dois alunos (5%) souberam explicar de forma coerente as razões pelas quais os livros citados forma importantes na formação de cada um.

Se os dados acima tivessem sido colhidos no ensino fundamental, eles seriam preocupantes. Caso fossem referentes a estudantes do ensino médio, deveriam ser vistos como algo muito grave. Mas foram retirados de uma sala de universitários, o que torna a situação no mínimo alarmante.

Outro professor encontrou (sabe-se lá como!) tempo para cotejar os trabalhos de seus trinta e dois alunos de um curso de pós-graduação com dados da internet. Ele constatou, decepcionado, que nada menos que 23 trabalhos (72%, aproximadamente) eram cópias baixadas da internet ou montagem de variadas páginas eletrônicas. A angústia do mestre se tornou ainda maior ao lembrar-se de que os estudantes tiveram dois meses para a execução da tarefa e que

a maioria havia implorado pela prorrogação do prazo de entrega.

Por outro lado, há de se lembrar também de que tais problemas com a produção escrita não podem ser creditados tão somente na conta dos alunos. Há muitos professores também que não se sentem seguros para escreverem nem mesmo um parágrafo sem caírem nas falhas de coesão, coerência, falta de progressão e de informatividade. Há também aqueles que se viciaram em ministrar aulas apenas com data show e, quando esse recurso eletrônico não funciona, o assunto fica postergado para ocasião futura. E o pior de tudo é que nem mesmo os slides são de autoria do professor, quase sempre são baixados da internet ou fragmentos de livros e de apostilas. Talvez para manterem um grau de igualdade com seus alunos, alguns professores também não citam as fontes pesquisadas e usam textos alheios como se fossem seus.

Se fossem apenas casos isolados, não seria um problema. Seria apenas uma chance de recolher casos curiosos para um possível anedotário de situações absurdas ocorridas na sala de aula, mas a prática mostra que não são situações corriqueiras, mas sim parte do cotidiano escolar que de tão comum já não causa mais espanto em ninguém. E é essa falta de espanto o

que mais incomoda, pois a população acaba ficando com a ilusão de que, dentro dos muros das escolas e universidades, tudo vai muito bem. Enquanto isso, todos seguem vivendo cegamente no belo pacto em prol da paz na Educação!

*TRABALHAR E DAR AULA

Não faz muito tempo, encontrei uma daquelas pessoas que passam por nossa vida, depois desaparecem até mesmo das mais tênues recordações, mas um dia, em uma esquina qualquer, cruzam de novo em nosso caminho. Trata-se de uma antiga colega de faculdade. Apresentamos muitos trabalhos juntos, discutimos muitos assuntos e, finalmente, tomamos rumos diferentes, ou pelo menos desconhecidos para ambos.

Era início de tarde e eu seguia rumo à labuta diária. Eis que, no meio de uma multidão, meu olhar cruza com uns olhos conhecidos. Depois de breves segundos, a identificação está confirmada. É ela. Minha antiga colega de faculdade que estava a minha frente. Os apertos de mãos, os beijos e os abraços carinhosos se multiplicaram. Como o presente não oferecia assunto suficiente para uma conversa sobre o agora,

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 16 de outubro de 2008.

começamos a falar sobre o passado. Vários amigos de outrora foram recordados e velhas histórias animaram a conversa. A alegria do reencontro fez com que ambos esquecêssemos a pressa. Mas o tempo não para. E a hora da despedida se aproximava. Nos minutos finais do encontro, uma pergunta e uma resposta abriram espaço para uma reflexão: "Você está trabalhando onde?", perguntei. "Não estou trabalhando, não, estou só dando aulas!", foi a resposta, acompanhada de um sorriso pálido.

Forço um pouco a memória e me lembro de que não é a primeira vez que ouço algo semelhante. Em quase duas décadas de magistério, inúmeras vezes ouvi alguém me perguntando se eu estava trabalhando ou dando aula. Na minha inocente concepção, ensinar é também uma forma de trabalho, inclusive uma das mais dignas que alguém pode exercer. Mas parece que uma boa parcela da sociedade não vê do mesmo modo.

Mas a conversa com minha antiga colega serviu para levantar mais algumas questões a respeito da hipotética desvalorização do magistério em nossa sociedade.

Acompanhando o momento sublime em que os alunos conseguem a vitória no vestibular, vejo a alegria dos pais

quando o filho passa para alguns dos cursos considerados nobres. A festa é, de modo geral, grandiosa, à custa, muitas vezes, de mais um endividamento ou de mais uma abocanhada no limite do cheque especial. Por outro lado, quando o garoto ou a garota ingressam em um curso de licenciatura fica evidente o ar de descontentamento no olhar de boa parte da família. Já houve inclusive casos de pais que não permitiram que os filhos se matriculassem em um curso superior que, segundo a suprema sapiência paterna e/ou materna, "não daria nenhum futuro" para aqueles jovens.

Um outro exemplo é da bela jovem que dizia em alto em bom som que jamais se casaria com um professor, pois não estava preparada para ter de ouvir por anos a fio aquelas conversas sobre sala de aula e muito menos estava a fim de morrer de fome com o miserável salário do marido, insuficiente para bancar viagens, roupas e sapatos de marcas famosas.

Situações assim acabam contrariando os números oficiais que dizem que ano após ano cresce o número de pessoas em busca da carreira do magistério. Porém, para ser um professor ou um educador é preciso muito mais que um título superior ou a tão aclamada abnegação para os bens

materiais. É necessário saber falar na hora certa e saber calar no momento exato; é saber cumprir ao mesmo tempo as funções de professor, amigo, conselheiro e, não raro, de pai ou de mãe; é ter consciência de que ensinar não é só jogar o conteúdo em um quadro ou no data show e depois deixar a sala como se nada tivesse acontecido; é questionar-se constantemente sobre as próprias atitudes; é estar eternamente condenado à doce pena de nunca mais parar de aprender e de estudar...

Caso, ao entrar em sala de aula, alguém sinta que a maioria das condições acima citadas lhe são estranhas, é porque realmente não deve sentir orgulho de dizer que trabalha como professor. Pois, assim como a minha antiga colega, essa pessoa provavelmente nunca ensinou, ela apenas vendeu algumas aulas.

CÉREBROS PROSTITUÍDOS, MÃOS DE ALUGUEL*

De um lado da mesa de negociação está uma pessoa inteligente, bem formada, com bom nível intelectual, e, pelo menos em teoria, com necessidades econômicas e, na prática, com evidente carência ética e moral. Do outro lado, está alguém que frequentou as aulas, mas que, ou por deficiência intelectual, ou por falta de habilidade, não aprendeu o suficiente para ter competência de elaborar suas próprias atividades acadêmicas, sejam elas trabalhos corriqueiros de meio de curso, artigos científicos, monografias, dissertações ou teses.

Quanto custa uma monografia? Quanto custa uma dissertação? Por quanto será que sai um trabalho? Qual o preço pago por uma certificação? Para quem realmente estudou e se

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 02 de julho de 2010.

prepara para levar uma vida profissional pautada pela ética e pela busca da competência, essas perguntas parecem sem sentido. No entanto, se o objetivo é apenas ter um diploma na gaveta, se é tão somente entrar para estatísticas oficiais, sem preocupação com o que poderia ser assimilado na sala de aula e levado para a vida profissional, tais perguntas são tão corriqueiras quanto querer saber o preço de um cigarro ou de um quilo de carne.

A prostituição intelectual é tão grande e tão visível e despudorada que não sente vergonha em se oferecer em páginas de jornais, murais de universidades, faculdades, escolas, cursos de pós-graduação e congêneres. Às vezes, uma tênue sombra de pudor faz com que os aproveitadores da incompetência alheia disfarcem seus negócios com pomposos nomes como apoio à pesquisa acadêmica ou serviço de digitação, o que acaba virando estigma negativo para quem realmente faz apenas a digitação de trabalhos, sem envolver-se em fraudes.

Não são raros os casos em que os “elaboradores de trabalhos” apenas recorrem às páginas da internet, fazem uma coleta de trabalhos com a temática pretendida, fazem uma colcha de retalhos com textos variados e vendem para os

incautos e preguiçosos compradores como se aquilo fosse um texto original, tecido pelas hábeis mãos do incansável “trabalhador” da palavra. Outros, temerosos de que o texto seja verificado em um dos programas eletrônicos que farejam plágio, preferem copiar de livros e/ou de trabalhos defendidos em universidades de outros estados.

O aluno, por sua vez, chega mesmo a levar os “originais” para que seu orientador leia, faça suas correções e sugira modificações a fim de tornar o trabalho encomendado mais pessoal. O professor, às vezes por comodismo ou inexperiência, às vezes fazendo-se de bobo por não ter provas cabais de que seu orientado está pagando pelo trabalho, fecha os olhos, finge que tudo está ótimo e aprova o trabalho.

Algumas empresas mais organizadas oferecem, além do texto revisado e encadernado, treinamento para que o cliente se saia bem na defesa pública do trabalho. No dia da apresentação, como se um voz do além iluminasse a cabeça daquele graduando, ele demonstra todo o seu conhecimento perante o público presente e, em alguns casos, ainda comemora com a família a vitória de tantas horas de esforço.

De quem é a culpa? Aparentemente todos são culpados. Instituições, docentes, discentes... Pois só há quem venda

trabalhos, porque também há quem os compre. E, na falta de competência, pode parecer um bom negócio pagar pela competência alheia, mesmo que não se possa reclamar em caso de ser enganado.

O BULLYING E SUAS MÚLTIPLAS FACES*

Bullying. A palavra pode até ser nova, mas sua presença, seus inexplicáveis fatores e suas consequências já fazem parte do dia a dia das escolas desde tempos imemoriais. No livro *O Ateneu*, de Raul Pompeia, por exemplo, já há cenas em que alunos de menor compleição física são subjugados, espancados e humilhados pelos que têm o porte mais avantajado. Viriato Corrêa, em seu célebre livro *Cazuza*, também não esconde que em algumas situações os estudantes sofriam torturas físicas e psicológicas por parte dos colegas, dos professores e até mesmo do corpo diretivo da escola.

Algumas pessoas pensam que o bullying ocorre apenas quando há agressão física, perseguições morais constantes ou

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 18 de abril de 2011.

ofensas explícitas, com gritos, xingamentos e manifestações incontestes de intolerância para com as diferenças alheias. No entanto, essas são apenas algumas das faces mais conhecidas, visíveis e evidentes desse fenômeno que parece não conhecer barreiras e que traumatiza milhões de vítimas todos os dias.

O bullying pode assumir diversas feições no dia a dia tanto das vítimas quanto dos agressores. Pode vir em forma de apelidos que ressaltam alguma característica física que desagrade à pessoa nominada, mas que sirva de diversão ou mesmo de referência para os demais colegas. Dessa forma, nomes e expressões como quatro-olhos e cegueta (usados para pessoas com dificuldades visuais); rolha-de-poço, cintura de ovo e baleia (para pessoas obesas); pau de virar tripa, esqueleto, cipó do Tarzan e caniço (para pessoas muito magras); ou ainda tição, carbono e carvãozinho (para pessoas negras), tornam bem mais que apelidos, transformam-se em forma de perseguição e de piada por quem não se sente como parte integrante de nenhum dos grupos ridicularizados pelos apodos usados com intenções depreciativas.

Ser afastado de um grupo por ser considerado burro ou nerd, rico ou pobre demais, mal trajado ou bem vestido, muito feio ou bonito, muito perfumado ou com constante odor

excessivo de suor, também são formas de preconceito e tais atitudes podem entrar na relação de ações consideradas como bullying, pois levam a vítima a constrangimentos e, talvez, a desenvolverem distúrbios comportamentais como forma de autoproteção contra as agressões sofridas ou contra as que ainda poderão ocorrer.

O uso inadequado das tecnologias acabou transformando os antigos bilhetinhos que passavam de mão em mão nos recreios, ou mesmo durante as aulas, em ofensas virtuais que ultrapassam os muros da escola e levam descontentamentos, fofocas e insinuações para a rede mundial de computadores, constituindo-se no chamado cyberbullying. Basta um perfil falso nas inúmeras redes de relacionamento, um vídeo malicioso postado na internet, uma mensagem de celular ou um e-mail ofensivo enviado para uma lista de amigos para que a vítima da fofoca virtual possa ter sua vida transformada em uma perseguição real, com consequências danosas para quem viu sua vida covardemente transformada por conta da irresponsabilidade de alguém que talvez nunca tenha sua identidade descoberta.

Não podem ser esquecidos também os casos de extorsão, de chantagens emocionais e até mesmos os

comentários supostamente inocentes, mas que mascaram atitudes depreciativas como outros exemplos desse tipo de assédio. Ou seja, o bullying é basicamente um ato de covardia.

Como durante muito tempo o bullying foi visto apenas como uma inconsequente brincadeira entre colegas, há ainda pessoas que considerem perda de tempo pesquisar sobre esse assunto. No entanto, vários estudos, no mundo inteiro, comprovam que há realmente danos para quem foi vítima de agressões físicas, dos apelidos ou das chamadas brincadeiras de mau gosto durante o período escolar. Há também a certeza de que apenas a punição não é o suficiente para impedir que esse mal se dissemine ainda mais, sendo, portanto, essencial que haja uma mudança de comportamento e uma retomada de valores por parte da escola, da família e, principalmente, com relação ao respeito com o próximo.

DOIS PENSADORES DA EDUCAÇÃO*

Aprender é algo bom e essencial para o ser humano. Aprendemos a todo momentos, com os próprios erros/acertos e com as experiências alheias. Aprendemos com a natureza, no contato com o próximo, com o passado e com as inovações do presente. O mundo é uma grande sala de aula com portas e janelas abertas para quem quiser aprender, com inúmeros professores que ministram suas aulas em tempos de bonança ou mesmo em momentos a extremas adversidades.

No meio desses inúmeros professores que contribuem para o progresso da educação em todos os seus níveis e potencialidades, alguns de destacam não apenas por seu comprometimento com o fazer pedagógico, mas também por defenderem ideias que vão além do senso comum e que

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 18 de dezembro de 2010.

apontam para novos horizontes no âmbito da aprendizagem. Entre esses exemplos de profissionais que vão além da atividade em sala de aula, podemos destacar Maria Cândida Moraes e Luiz Síveres.

Tida por intelectuais do mundo inteiro como uma das mais importantes estudiosas da complexidade e da transdisciplinaridade, além de ser apontada como uma das pioneiras nas pesquisas sobre a ecologia dos saberes e sobre as estratégias do “sentipensar”, Cândida Moraes defende em suas teorias e aplica em suas práticas educativas o princípio de que “é importante aprender a viver/conviver com as diferenças”. Seus livros *O Paradigma Educacional Emergente* e *Educar na Biologia do Amor e da Solidariedade* já atingiram diversas edições e se tornaram leitura obrigatória para quem deseja imiscuir-se pelas veredas das modernas pesquisas educacionais.

Defensora da ideia de que um educador não deve limitar-se à mera transmissão do conhecimento essencial à sua disciplina, a professora da Universidade Católica de Brasília defende a tese de que quem está envolvido com a educação deve preocupar-se também em desenvolver uma “escuta sensível”, capaz de ouvir o silencioso pedido de ajuda de quem

muitas vezes não tem voz nem forças para gritar por socorro. Certa de que a educação tem um papel essencial nas relações entre o homem e o planeta, Maria Cândida Moraes diz que é “necessário desenvolver competências e habilidades que nos ajudem a enfrentar os desafios da globalidade, da complexidade da vida e da sustentabilidade ecológica”.

Autor, coautor ou organizador de diversos livros, o filósofo e educador Luiz Síveres parte do princípio de que ética é muito mais que uma palavra ou um conceito abstrato, sendo, sim, uma forma de agir respeitando as diferenças e interagindo com o próximo. Usando um interessante jogo de palavras, o professor comenta que nos dias atuais, “a ética precisa de uma nova ótica”. Amparando-se em pensadores diversos como Hegel, Marx, Kant, Levinas, Habermas, Buber e Morin, Síveres tira lições de todos eles e constrói seu próprio percurso epistemológico, que pode ser uma estrada, uma vereda, um rio ou um mar, pois o conhecimento, “assim como a água, está sempre em movimento e conectado em uma grande e infundável rede.”

Geralmente empregando metáforas, Luiz Síveres preocupa-se também com os rumos da educação, em todos os níveis. Em todos os seus trabalhos, principalmente em seus

dois livros mais conhecidos, *A Dimensão Humana no Processo Educacional e Universidade: Torre ou sino*, o educador gaúcho utiliza-se de alegorias para expor suas ideias sobre educação e deixar claro que, nos estudos em geral, o papel de um professor é fazer o possível para levar o alunado à reflexão e ao desenvolvimento do senso crítico.

Muito mais que pesquisadores reconhecidos mundialmente ou professores de grande conhecimento e imenso tino didático/pedagógico, esses dois pensadores da educação transmitem a seus alunos e/ou leitores a noção de que, no percurso que compreende o ensino e a aprendizagem o que realmente importa não é a aspereza da casca ou a dureza dos caroços, mas sim o sabor da seiva que emana do maravilhoso fruto chamado conhecimento.

VESTIBULAR E ESTRESSE*

Não há como negar que um dos momentos mais estressantes na vida de um estudante é aquele que antecede a prova do vestibular. A contagem regressiva aumenta o grau de ansiedade e as cobranças da família, da sociedade, das instituições de ensino e do próprio candidato. As dúvidas se multiplicam a cada hora, transformando o dia de prova em um fardo insuportável.

O assunto é estudado por profissionais de diversas áreas do conhecimento humano. Educadores, psicólogos, médicos, nutricionistas e tantos outros estudiosos se debruçam sobre o tema procurando entender o que se passa na cabeça e no corpo do vestibulando nos dias que antecedem a prova que decidirá sobre o futuro do candidato a uma vaga nas universidades.

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 09 de novembro de 2010.

Em sua tese de doutoramento, defendida na Unicamp, em 2007, a pesquisadora Maria Cândida Carvalho, a partir de análise da saliva de pré-vestibulandos, chega à conclusão de que os índices de estresse nesses estudantes aumentam nos meses que antecedem as provas. Ao estudar alunos de cursos preparatórios e concludentes do ensino médio, a médica Célia Regina da Silva Rocha, em sua tese defendida em 2010, na Universidade Estadual de Campinas, comenta os distúrbios do sono, a compulsão alimentar e a depressão de que são acometidos os estudantes nos momentos que se aproximam da data dos exames.

Nessa época, os alunos acabam acreditando que cada minuto desperdiçado pode ser o diferencial para a aprovação ou não no concurso. Então alguns deles acabam entregando-se a uma verdadeira maratona de estudos que vão além dos horários escolares e dos próprios limites físicos. A esse tempo extra de estudo, professor e psicólogo Afonso Celso Tanus Galvão, amparado por diversos teóricos, chama de estudo deliberado e alerta para o fato de que tal atitude pode levar à fadiga e a outros problemas de ordem motivacional.

É nesse momento que os familiares e as pessoas mais próximas ao vestibulando podem dar sua contribuição, que

nem sempre positiva. Pais que comparam o desempenho escolar dos filhos com os outros irmãos mais velhos, com vizinhos ou com parentes próximos, geralmente levam o estudante, que já está em estado de estresse por causa de inúmeras cobranças do dia a dia, a um estado de desespero, que pode culminar em atitudes agressivas ou em retraimentos como forma de defesa.

Da mesma forma, mercenarizar uma possível aprovação com promessas de gratificações nem sempre é uma boa estratégia motivacional, pois, de todas as recompensas, a que mais interessa ao vestibulando é ver seu nome na lista de aprovados, e isso é algo que pais não podem prometer... Mas podem e devem criar condições para que isso aconteça.

Outro fator importante a ser lembrado que os seres humanos têm reações diferentes diante de um mesmo estímulo. Dessa forma, quando se aproxima o vestibular, alguns estudantes ficam em aparentemente tranquilos, outros, no entanto, vivem momentos de extremo desconforto emocional e não são raros os casos em que usam agressões verbais ou até mesmo físicas contra as pessoas mais próximas como válvula de escape contra a situação adversa por que estão passando.

Não é tarefa fácil para pais, parentes e amigos próximos a convivência com alguém, jovem ou adulto, que esteja vivendo o estresse dos momentos que antecedem a prova do vestibular. Colocar-se no lugar do vestibulando e tentar entender que aquele momento é especial para ele, mantendo a distância exata para ajudar sem invadir o espaço físico e mental reservado à ritualização dos estudos pode ser uma forma de ajudar. Mas a aprovação é o único remédio que põe fim a esse sofrimento momentâneo e incômodo.

O DO(C)ENTE*

Nas últimas semanas, a mídia tem divulgado notícias acerca de situações destemperadas protagonizadas por profissionais da educação, principalmente por professores. As cenas mostram professores aos gritos diante dos alunos, mestres agredindo colegas de serviço, ou a classe inteira, e situações de conflitos que chegam até mesmo ao contato físico.

O que estará acontecendo com o corpo docente de nossas escolas? Será que os professores estão demonstrando despreparo para lidar com as situações novas que se apresentam a cada momento e para as quais não foram instruídos no período de formação? Ou será que são apenas fatos isolados explorados pela imprensa com o objetivo de vender notícias sensacionalistas?

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 18 de outubro de 2010.

Seria preciso um estudo bastante sério e aprofundado para chegar-se à raiz do problema e vislumbrar-se uma tentativa de solução, mas um olhar mais atencioso sobre as notícias e conversas informais com professores, alunos, pais e corpo administrativo das escolas já são suficientes para visualizar o quadro negro que se descortina não só nas salas de aula, mas também nas demais dependências das instituições escolares e até em seus arredores.

Há muito tempo o professor não é mais o profissional invejado pelo saber e nem respeitado por ocupar uma posição de destaque no panorama social. Na verdade, passou muito rapidamente da condição de detentor de altos conhecimentos que deveriam ser transmitidos a uma turma desejosa de aprender para a de administrador de conflitos e de bagunças dentro e fora das salas de aula. Em alguns casos, o mestre tem de negociar com os demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem para que consiga terminar o horário com o mínimo possível de desgaste emocional.

Com o surgimento de tecnologias avançadas, a comunidade passou a esperar – e a cobrar – do profissional da educação não mais uma competência intelectual e o desejável domínio do assunto a ser ministrado, mas sim as qualidades de

um animador de auditório. Não é rara a cena em que um professor de profundo conhecimento e bastante imbuído no desejo de ensinar tem de ouvir de alunos, coordenadores e dirigentes da escola que sua aula não está agradando por ser chata e sem uso dos recursos audiovisuais e/ou de uma metodologia que fizesse o aluno sentir-se motivado a aprender. Mesmo que a instituição não ofereça a menor condição logística para que o docente transforme sua aula em um show, ele é insistentemente cobrado e avaliado negativamente por essa aparente deficiência pedagógica.

Quando, por outro lado, o professor mostra-se dinâmico, atualizado e leva recursos diversos para implementar suas atividades, ele corre o risco de ser visto pelos próprios colegas como alguém que está inflacionando o mercado; pelo corpo diretivo, como um professor modernoso, que não tem domínio de turma e que se mistura muito com os discentes. Pode ser ainda taxado pelos alunos como o professor bonzinho que não dá aula e depois quer cobrar a matéria na prova, e pelos pais como o enrolão que disfarça a falta de conhecimento com brincadeirinhas inúteis que tomam todo o tempo da aula.

Além disso tudo, ainda há a transformação da sala de aula em campo de batalha, não apenas com conflitos verbais,

mas também com agressões físicas por causa de descontentamentos diversos, principalmente pela insatisfação de pais e alunos por notas. O estresse virou parte do uniforme dos professores em todos os níveis de ensino.

De modo muito rápido, o professor se viu destituído de sua autoridade e percebeu que a antiga condição de sujeito-suposto-saber está deteriorada. Ele não é visto mais como o profissional essencial para o desenvolvimento da nação. Não é mais o modelo a ser seguido pelos jovens. É visto com desconfiança na hora de comprar um produto a prazo e é apontado como exemplo cabal de que estudo a nada leva: “coitado, estudou tanto e não tem nada!”

Acuando diante de uma realidade que não lhe é favorável, o professor olha para um lado e para o outro. Percebe que está cercado de dívidas, frustrações, trabalhos para corrigir, cobranças acadêmicas e de outros inúmeros problemas. Ferido, doente, ele solta um urro de desespero, um grito de socorro que soa como uma ameaça a toda a comunidade. No lugar de receber auxílio e de ser tratado com dignidade, ele tem seu grito gravado por um aluno, que coloca o vídeo na internet. O protesto do professor virou piada mundial!

O PAI DA PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL*

Em um primeiro contato com a Pedagogia Social, alguém pode pensar que se trata de algo romântico, oriundo de quem deseja salvar o mundo sem atentar para os inúmeros obstáculos que poderão ser encontrados durante o percurso que vai da teoria à prática. No entanto, realizar milagres ou esperar que estes aconteçam, como forma de sanar os problemas detectados em uma comunidade ou em grupo de risco não é o objetivo maior da Pedagogia Social, que é uma ciência e, como tal, tem seus suportes teóricos e metodológicos.

Em termos gerais, a PS está preocupada com o ser humano em sua dimensão de conflito e/ou risco social, buscando formas de compreender e tentar sanar problemas

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 20 de setembro de 2010.

como violência, uso de drogas, delinquência e demais situações de risco. E embora a nomenclatura possa até ser nova, os problemas são antigos e estão sempre em busca de quem possa pelo menos minimizá-los.

Ao longo de toda a História da humanidade, sempre houve discussões a respeito do papel e da interferência do educador nos aspectos concernentes à formação social das pessoas. Pensadores como Platão, Hegel, Kant, Beccaria e Pestalozzi já demonstravam em seus textos preocupações com o desenvolvimento social da educação, não apenas nos aspectos informativos, mas também no âmbito da formação global do indivíduo. Contudo, é só a partir da segunda metade do século XX que esses estudos ganharam projeção e começaram a ser sistematizados, principalmente com as iniciativas de Paul Natorp e depois com os estudos de Hans Uwe Otto, Bernd Fichtner e Jorge Camors, entre outros pesquisadores que se dedicaram ou se dedicam ao assunto.

No Brasil, os trabalhos relativos à Pedagogia Social são ainda mais recentes. Atualmente, são diversos os estudiosos que se dedicam à compreensão do processo educacional pelo viés social, como é o caso de Antônio Carlos Gomes da Costa,

Maria Stela Santos Graciani, Roberto da Silva, João Clemente Souza Neto, Rogério Moura e Maria da Glória Gohn.

Porém quem pode ser considerado o introdutor desses estudos no Brasil é o professor ítalo-brasileiro Geraldo Caliman, que, em 1988, publicou o livro “Desafios, riscos e desvios”, considerado pelos estudiosos no assunto como o marco inicial da Pedagogia Social em terras brasileiras.

Geraldo Caliman, atualmente professor da Universidade Católica de Brasília, é um homem que dedicou sua vida aos estudos, à Igreja e às causas sociais. Graduou-se em Pedagogia (pela Faculdade Dom Bosco) e em Teologia (pela PUC-MG), depois foi para a Itália, onde fez curso de especialização em Filosofia, mestrado, doutorado e pós-doutorado pela Università Pontificia Salesiana, instituição na qual ocupou vários cargos docentes e administrativos. Mas a grande quantidade de títulos não tornou o professor um homem que se limitasse a transmitir seus vastos conhecimentos em sala de aula e se pôs em campo, trabalhando diretamente com o público que era objeto de suas pesquisas, ou seja, com pessoas em situação de risco social.

Ao voltar para o Brasil, Caliman percebeu que o País ainda não havia despertado para o estudo de algumas situações

de risco em que jovens e adultos estavam envolvidos. Começou então a produzir trabalhos voltados para a divulgação e sistematização dos elementos norteadores da PS, estudos estes já bastante avançados na Europa e na América do Norte. Incompreendido a princípio, pois suas concepções iam de encontro a diversos dogmas arraigados na formação de muitos educadores que ainda não conheciam essa linha de estudo, o professor perseverou e conseguiu arregimentar alguns seguidores que disseminaram suas ideias pelo país.

Unindo teoria à prática, o pesquisador elaborou vários projetos e comandou diversas pesquisas voltadas para a compreensão e possível solução de alguns problemas como toxicodpendência, jovens em situação de risco, marginalização, trabalho infanto-juvenil, formação de gangues, entre outros temas de grande relevância social. Para atingir um público formador de opinião e que disseminasse as novas teorias, o pesquisador publicou diversos artigos e livros, como, por exemplo, *Os Paradigmas da exclusão social* e “Desvio social e delinquência juvenil”, alguns de seus trabalhos mais recentes.

Hoje, cerca de duas décadas depois de aportar no Brasil, a Pedagogia Social começa a ganhar reforço de outros

pesquisadores que veem nesse estudo um caminho para diminuir o incômodo fosso que exclui uma parcela importante da sociedade brasileira. E Geraldo Caliman é visto não apenas com um pioneiro, mas como o verdadeiro pai dessa tendência no Brasil.

UMA TELA, UM TECLADO E A SOLIDÃO*

O educador português Roberto Carneiro defende a ideia de que vivemos hoje o momento da morte do tempo e da distância. O sociólogo espanhol Manuel Castells lembra em seus trabalhos que estamos em uma sociedade em rede, com a internet tornando-se a cada dia mais importante na vida de todos. O pensador polonês Zygmunt Bauman alerta sobre a liquidez das relações na sociedade contemporânea. O que parece apenas um amontoado de teorias, sai do âmbito acadêmico e invade a cada dia nossa realidade e se torna evidente em todos os lares.

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 27 de julho de 2010.

Uma tevê enorme ocupa o lugar de destaque em nossa sala. As pessoas, mudas entre si, convergem o olhar rumo à tela iluminada. O silêncio de palavras parece não incomodar tanto as pessoas que, quando ligam o aparelho televisivo, parecem desligar automaticamente o senso crítico e convertem um entretenimento, que deveria ser momentâneo, em razão principal da vida.

Em seu quarto, isolado da família e do mundo, um adolescente se diverte com as inúmeras possibilidades do videogame. A cada temporada, uma nova versão do jogo faz acender o desejo de atualizar um acervo que nunca satisfaz ao seu proprietário. Perdido no meio de milhões de cores e de imagens altamente elaboradas, o jovem não vê a vida passar, não percebe que não é apenas lá fora que o tempo está passando.

Em outro cômodo da casa, um garoto, uma garota, um adulto ou mesmo uma pessoa que beira ou já frequenta chamada terceira idade, mantém uma animada conversa online com seus amigos virtuais. Às vezes, na solidão de um quarto, a pessoa conversa com alguém que esteve a seu lado o dia inteiro, mas não recebeu nem mesmo um simples bom dia. As amizades virtuais ganham a cada dia uma importância maior

que o sorriso franco, um abraço fraterno ou um aperto de mão. A intermediação de um computador conectado à grande rede tem o poder de transformar pessoas frágeis em verdadeiras máquinas de conquista, de diálogos cifrados, nem sempre inteligíveis.

Com a popularização dos computadores portáteis (netbooks, notebooks e congêneres), os trabalhos inacabados, que antes ficavam no escritório, agora são levados a tiracolo para casa e chegam mesmo a dividir espaço com pratos, copos e talheres na mesa de jantar da família. As conversas do dia são substituídas pela mudez de quem se divide entre os alimentos e as tarefas que devem ser concluídas antes de outro turno de trabalho começar oficialmente. Tudo isso sem se dar conta de que hoje as jornadas laborais não têm mais começo nem fim, apenas um todo contínuo que se mistura com a própria noção do viver.

No império do LCD, até as imagens fotográficas, que antes serviam para recordar os bons momentos da vida, agora têm como função principal alimentar as páginas de relacionamento. Mas não se trata apenas de uma substituição de suporte – do papel para o computador – e sim de uma narcisística mudança de atitude, em que a vida tem de ser

exposta não apenas com o fim de mostrar por onde o dono do perfil passou, ou o que fez, mas sim para despertar o desejo ou a inveja em outros que não tiveram as mesmas oportunidades, que, por sua vez, respondem postando fotos que mostram que também estiveram onde o outro não pôde estar, e assim uma silenciosa batalha de imagens de desenrola no universo virtual.

Nas páginas de relacionamento, o número de amigos virtuais torna-se um termômetro de uma popularidade que às vezes não tem correspondência no mundo real. Os mil e tantos “amigos” conquistados por uma simples mensagem pedindo para ser adicionado nem sempre estão disponíveis para ouvir (ou ler) as queixas e as dores de alguém trancando em um quarto e que nem sempre tem coragem de abrir a porta e conversar de verdade sobre seus anseios com as pessoas próximas.

No mundo contemporâneo, no qual a instantaneidade se tornou o foco das relações, o homem conseguiu diminuir os espaços, modificou a noção de tempo e se conectou ao mundo por meio de aparelhos portáteis (de preferência sem fios), mas também entrou no paradoxo de sentir-se sozinho no meio de uma multidão de outros solitários sentados diante de uma tela.

TRAGÉDIA NOSSA DE CADA DIA*

Eu não queria matar aquele homem. Juro que não queria! Tudo aconteceu de maneira tão rápida que só depois de um tempo foi que percebi o que havia acontecido. Mas uma coisa é certa: eu não queria matar ninguém. Sou uma vítima também.

Era um feriado. Desses que todo mundo aproveita para enforçar mais um dia de serviço, anulando os dias úteis para aproveitar e descansar ou cair na bebedeira. E foi essa tal de bebedeira que me levou a cometer um crime que jamais aconteceria, se o maldito álcool não tivesse sido consumido de maneira tão irresponsável.

Meu companheiro jamais saía sem mim. Silenciosa e discreta, eu sempre o acompanhava em todos os eventos. Desde uma simples festinha até um jogo de futebol, lá estava

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 1º de junho de 2010 e depois republicada no mesmo jornal em 1º de agosto de 2010.

eu fielmente a seu lado, grudada em seu corpo a protegê-los dos muitos inimigos que ele acumulava com seu jeito truculento de ser. Comigo, ele sempre se sentia protegido, mais forte, mas homem. Invulnerável.

Eram raras as vezes em que ele me deixava no carro, descansando, sem ter nada o que fazer. Mas ele bebia muito e arrumava muita confusão. Chegava mesmo a ser violento, super violento. Lembro-me de que por diversas vezes o tirei de brigas, servindo de escudo para que ele saísse ileso. Era até engraçado o medo que nós impúnhamos nas pessoas. Voltávamos para o carro e eu ficava a seu lado, quietinha, só ouvindo suas gargalhadas. Em casa, ele me levava para a cama, beijava-me várias vezes e dormia a meu lado, roncando alto, bem alto.

Dizem que antes de me conhecer ele era tranquilo, incapaz mesmo de levantar a voz para alguém. Um verdadeiro lerdo. Muitas vezes era humilhado pelos valentões da rua ou da escola. Seus poucos amigos me culpavam pela brusca transformação. A família dele me detestava e fazia de tudo para nos separar. Mas não tinha jeito. Ele não sabia mais viver sem mim. Virei uma espécie de anjo da guarda para ele. Não

nos separávamos nunca. Comigo por perto, ele deixava de ser um fracote e virava um homem respeitado, temido.

Naquele feriado fomos a uma festa. Como sempre eu estava ao lado dele. Dançamos bastante. Algumas vezes quase caí. Mas ele era cuidadoso comigo e me deixava sempre próxima a seu corpo. Se alguém tocava inadvertidamente em mim, ele me protegia, assim como eu o protegia na hora das confusões. Pequena e discreta, não incomodo ninguém, não sou de barulho e quase sempre passo despercebida nos lugares que frequentamos. Nasci para servir.

Pois bem, depois de beber e de dançar muito, ele foi aconselhado por conhecidos a voltar para casa e dormir. No começo, protestou, mas estava um tanto quanto cansado e decidiu seguir os conselhos. Morto de bêbado, pegou o carro e saiu cantando os pneus. O som alto e os constantes ziguezagues chamavam a atenção dos transeuntes. Eu estava quietinha ao lado dele. De repente, um forte barulho inundou a noite. Ele bateu na traseira de um carro. Depois de um palavrão, ele abriu a porta e foi tomar satisfação com o outro motorista. Um bate-boca terminou em agressão. Embora menor, o outro condutor estava sóbrio e era mais forte. Com o

rosto sangrando e os lábios trêmulos, ele voltou para o carro e me puxou de modo agressivo.

Foi tudo muito rápido. Eu não queria fazer aquilo. Foi horrível. Disparei três vezes. O rapaz, a quem nunca havia visto antes, soltou um grito e caiu morto. Uma multidão furiosa se aproximava. Não entendi nada. Fui jogada no chão e só ouvi o barulho do motor que arrancava. Meu amigo parece ter esquecido a bebedeira e fugiu em disparada.

Eu não queria matar aquele homem. Juro que não queria! Uma coisa é certa: eu não queria matar ninguém. Sou apenas uma pistola que caiu nas mãos de um bêbado louco. Peço perdão à família daquele pobre que perdeu a vida de modo tão estúpido. Perdão!

UM SOCIÓLOGO EM LUTA PELA EDUCAÇÃO*

Um dos grandes problemas da educação é a falta de divulgação do nome dos grandes vultos que contribuem para o desenvolvimento dos estudos educacionais em nosso país. Em uma sociedade em que para alguém ser reconhecido precisa estar evidenciado pelos meios de comunicação de massa, as pessoas que se destacam pelo uso do intelecto e pela produção e pela divulgação de ideias passam despercebidas até mesmo por quem tem interesse por assuntos intelectuais.

Recentemente, tivemos em nossa cidade a presença do gramático e filólogo Evanildo Bechara, do linguista Sírio Possenti e do professores Jacira da Silva Câmara e Afonso Celso Galvão, dois dos mais importantes pesquisadores da

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 23 de maio de 2010.

educação na atualidade. Mas, infelizmente, a passagem desses intelectuais por São Luís ficou no esquecimento e ficou apenas na lembrança de alguns poucos privilegiados que tiveram a oportunidade de entrar em contato com esses pensadores que tanto contribuíram e ainda contribuirão para o fortalecimento das pessoas interessadas na cultura acadêmica.

No período compreendido entre 16 e 22 de maio de 2010, a capital maranhense foi honrada com a presença do professor, sociólogo e pesquisador Candido Alberto Gomes, autor de diversos livros e de mais de uma centena e meia de artigos sobre sociologia da educação e sobre o sistema educacional brasileiro.

Graduado em Sociologia pela Universidade do Estado da Guanabara, mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e doutor em Educação pela Universidade da Califórnia, Candido Gomes não se contentou apenas em ter títulos para ascender na carreira docente. Ele mergulhou no mundo das pesquisas sociais e, preocupado com o processo ensino-aprendizagem, divulgou o resultado de suas investigações em mais de uma centena e meia de artigos científicos e em dezenas de livros, merecendo, por suas atividades de docência e de pesquisas,

diversos prêmios, como por exemplo, Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito Educativo (pela Presidência da República), Diploma de reconhecimento aos serviços prestados (prêmio oferecido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal) e Diploma de Mérito funcional (oferecido pelo Senado Federal).

Autor de livros como *O Ensino Médio no Brasil*, *Educação em novas perspectivas sociológicas* e *O jovem e o desafio do trabalho*, entre tantos outros, Candido Gomes não é um pesquisador alheio à realidade circundante, muito pelo contrário, está sempre atento às transformações do dia a dia e tira delas a matéria bruta que será depois decantada e refinada em estudos sérios que depois se transforma em livros, artigos, palestras e cursos ministrados em diversos países.

Dono de amplo conhecimento em Educação, Sociologia e Filosofia, o professor da Universidade Católica de Brasília, não se reduz ao tecnicismo das ciências que domina, mas sim tem a capacidade de relacionar conceitos científicos com a própria realidade e inclusive com obras literárias, como *O Ateneu*, de Raul Pompéia, e *Os Tambores de São Luís*, de Josué Montello”, e outros livros que servem de base ilustrativa para muitas de suas preleções em sala de aula e em suas palestras. O professor também consegue utilizar com maestria

a sétima arte em prol dos assuntos trabalhados, conseguindo aplicar a teoria à prática, sem sair do foco educacional.

Consciente de seu papel de observador e estudioso da realidade, Candido Gomes ainda encontra tempo para concentrar em pesquisas voltadas para a educação brasileira e analisar fatores como violência na escola, política, gestão e economia da educação, sem contar também seus trabalhos como consultor da UNESCO e a cátedra de educação, juventude e sociedade. Em suma, o professor Candido Alberto Gomes, que brindou São Luís com seus conhecimentos é um incansável sociólogo que luta em prol da educação.

CLIMA ESCOLAR E APRENDIZAGEM*

No início de 2010, foi lançado o livro-relatório “*Factores asociados al logro cognitivo de los estudiantes de América Latina y el Caribe*”, assinado por alguns dos mais renomados pesquisadores da área de Educação da atualidade. No livro, o grupo, formado por Ernesto Treviño, Héctor Valdés, Mauricio Castro, Roy Costilla, Carlos Pardo y Francisca Donoso Rivas, discute os problemas encontrados no processo educativo dos países que serviram de base para uma longa e exaustiva pesquisa, que teve início em 2004 e foi concluída em 2008. Depois de meses de análise dos dados levantados, a pesquisa culminou no livro acima citado,

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 11 de maio de 2010.

publicado pela UNESCO e que se encontra disponível gratuitamente na internet.

Em uma leitura rápida, alguém poderia pensar que o objetivo maior dos autores é comparar os sistemas educacionais dos países envolvidos na investigação, contudo, lendo página a página o trabalho, percebe-se que os autores vão mais além e sugerem soluções para diversos dos problemas que atravancam o progresso das crianças nas escolas dos países latino-americanos e do Caribe.

Um dos pontos que chamam a atenção no trabalho dos educadores-pesquisadores é o que fala da relação entre clima escolar e aprendizagem. Ao longo de todo o relatório, os autores alertam para o fato de que “os estudantes aprendem mais quando frequentam escolas onde se sentem acolhidos e se dão relações de cordialidade e respeito entre alunos e professores” (pág. 15) e há a constatação de que “a gestão do diretor é a variável que ocupa o segundo lugar nos processos educativos quanto à consistência de sua relação com o rendimento” (pág. 125). De modo geral, o relatório deixa claro que “o clima escolar e a gestão do diretor são elementos essenciais para explicar uma melhora na aprendizagem,

seguidos pela satisfação e o desempenho dos docentes” (pág. 107).

Fica claro então que o clima escolar ao qual eles se referem está diretamente ligado à relação de empatia entre alunos, professores e gestores, com a áurea de respeito mútuo que deve pairar entre os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Sem dúvida alguma, o aluno se sente mais à vontade em uma escola onde ele se sente respeitado em seus direitos e onde sabe que será ouvido em seus anseios e necessidades.

Alguns gestores, infelizmente, pensam que esse clima escolar se resume à limpeza física do ambiente e às estratégias de apenas fornecer recursos didático-pedagógicos para que os professores possam manter os alunos ocupados e, de preferência, calados durante a maior parte do período de aula. Não há dúvida de que uma escola limpa, com bons recursos tecnológicos, com livros à disposição de alunos e professores, com lanche e locais apropriados para o lazer muito ajudarão no desenvolvimento social e cognitivo dos alunos. Porém, além dos recursos materiais, é preciso também investimento no ser humano, no fortalecimento de valores positivos e no

crescimento do capital imaterial dos alunos, dos professores e da comunidade em geral.

Os próprios pesquisadores admitem que não é fácil atingir esse clima dentro das escolas, já que se trata de “uma medida complexa que denota o trabalho de docentes e diretores para criar uma sociedade acolhedora e respeitosa para os estudantes” (pág 15). Como o clima escolar não é uma variável mensurável e que possa ser divulgada como marca de sucesso administrativo, geralmente fica relegada a um plano secundário, contudo, o livro alerta para a necessidade de toda a comunidade escolar envolver-se com esse objetivo. Há no estudo a constatação de que “o clima escolar tem efeito positivo sobre o rendimento dos estudantes na maior parte dos países (pág. 107).

Também comentando sobre o assunto, mas em outro trabalho, o professor Candido Alberto Gomes lembra que a escola de qualidade é aquela na qual os alunos gostam de aprender e que trata bem os seus alunos, sem se importar com raça ou origem social. O clima escolar positivo então será um dos fatores responsável pelo prazer de aprender, por parte dos alunos e do prazer de ensinar, por parte dos docentes, o que se

reflete diretamente na escola, na família e na sociedade em geral. Assim todos ganham e o futuro desde já agradece.

SERIA BOM SE FOSSE APENAS FICÇÃO...*

É totalmente visível o depauperamento da educação em nossa sociedade. Isso permite ao professor imaginar o que todos gostaríamos que fosse somente ficção. Desse modo, temos abaixo a angústia de um profissional da educação diante de uma sala que quer tudo, menos estudar.

A aula começa. O professor ensaia as primeiras palavras relativas ao assunto a ser trabalhado. Desatenção quase que total. Toca um celular. Uma revista da Avon passa de mão em mão. As conversas são postas em dia. Um rapazinho conecta o fone de ouvido a seu mp4 e relaxa ao som de sua música preferida. Uma senhorita retoca a maquiagem diante do espelhinho. O rapaz metido a conquistador derrama

* Este artigo foi publicado, em sua primeira versão no Jornal Pequeno, em 30 de abril de 2009. Após reformulações e acréscimos foi publicado na revista Conhecimento Prático Língua Portuguesa, nº 22, em março de 2010.

seu olhar para a colega do lado... Tudo é tão importante! Tudo é tão mais importante que o assunto da aula!... Tudo é tão mais importante que o conhecimento!... Diante da turma apática para o saber, o professor, num monólogo sem interlocutores derrama seu tão suado conhecimento para dois ou três Seres Estranhos que teimam em aprender.

Já foi feita a chamada? Dezenas de olhos seguem atentamente os ponteiros do relógio. Uma mensagem é enviada para o namorado: “Vou dar um jeito de sair mais cedo. Vem me buscar. Te amo”. O professor eleva o volume da voz, na vã tentativa de abafar os murmúrios das conversas paralelas. Para prazer do mestre, as duas ou três Figuras Estranhas fazem algumas perguntas pertinentes ao assunto. Algumas questões são bem inteligentes, outras nem tanto, mas pelo menos serviram para tirar do ar aquele ranço de monólogo.

O ônibus vai passar... A chamada ainda não foi feita... Acho que minha namorada já está lá embaixo me esperando... Bateu uma fome... E essa aula que nunca acaba! O pobre professor, com o olhar perdido, busca o brilho do entendimento nos olhos dos alunos, mas só encontra o opaco cinza da indiferença. O professor respira fundo. Olha para o

relógio e vê que o tempo passou. Olha para a turma e sente que seu tempo passou. Olha para o mundo e vê que os tempos mudaram...

Uma pergunta invade a consciência do já combalido professor: “O que eu estou fazendo aqui?” Ele respira fundo e tenta sintetizar o assunto do modo mais prático possível. “Alguma dúvida?” O ar de indiferença é a mais pungente resposta. De repente, um aluno sonolento levanta a mão. O mestre acredita que finalmente conseguiu atrair a atenção da turma. Será que vira uma pergunta que inoculará naqueles jovens o interesse pelo conhecimento? Posso ir no banheiro? Decepção total. Aquelas duas ou três Figuras Estranhas acenam levemente com a cabeça. Eis a recompensa.

É hora da chamada. Todos querem ser chamados em primeiro lugar. Alguns respondem com um “presente”, outros se limitam a levantar a mão. A maioria nem isso faz. Prefere sobraçar os livros e os cadernos quase virgens e se retiram de modo barulhento.

Fim de horário. Metade da turma já está longe. A outra metade se prepara para não utilizar aquilo que não quis

aprender. Todos nadam contra a correnteza do saber, buscando como tábua de salvação um diploma inflado com a certeza do nada ser.

Na sala agora quase vazia, resta o que sobrou do mestre. Olhar vazio perdido em si mesmo. A consciência tranquila por ter ensinado trava uma feroz luta com a certeza de que quase nada foi aprendido. É hora de tomar um copo d'água e preparar-se para enfrentar outra turma apática.

Uma nova aula começa...

CABELOS GRISALHOS NA SALA DE AULA*

Diante do espelho, ela retoca a maquiagem. Passa as mãos nos cabelos. Põe umas gotículas de perfume atrás das orelhas. Arruma a roupa. Pega os livros, xérox e apostilas, dá um tchau para todo mundo e, elegantemente, segue seu caminho.

Ele, quase sempre apressado, escanhoa a barba, toma um banho, veste-se rapidamente. Aperta o cinto, amarra o cadarço dos sapatos. Pega os livros, cadernos, apostilas e demais materiais, despede-se da família e sai.

Os quadros acima apresentam o ritual de dois estudantes que se preparam para mais uma jornada de estudos em sala de aula. Até bem pouco tempo, essa descrição viria acompanhada de alguma palavra que denotasse a pouca idade

* Artigo publicado inicialmente em O Estado do Maranhão, em 10 de abril de 2010.

das pessoas que se dirigem para a escola ou para a faculdade. Hoje, porém, a mesma cena pode ser vista cotidianamente com pessoas que, após anos e mais anos de dedicação ao trabalho, à família, aos filhos e até mesmo aos netos, decidem voltar para a sala de aula e dar prosseguimento – ou até mesmo início – a seus estudos.

Apesar do choque inicial da volta à sala de aula, tais estudantes de faixa etária diferenciada logo se recuperam e demonstram a professores e colegas de turma que idade não é obstáculo para a aprendizagem. Os limites impostos pelas condições físicas podem facilmente ser superados pela tenaz vontade de continuar aprendendo. As dificuldades de assimilar alguns assuntos mais complexos desaparecem com a dedicação aos livros e às pesquisas. E os preconceitos iniciais podem ser derrubados aos poucos, durante o período de permanência em sala de aula e com a troca de experiências que, obrigatoriamente, acontece no decorrer das diversas atividades educacionais.

A pessoa idosa se adapta à condição de estudante com relativa facilidade. A volta às aulas, na fase da maturidade física, que, em um primeiro momento, pode parecer motivo de vergonha, passa a ser vista como exemplo de orgulho e de

superação. Não são raros os depoimentos de estudantes que se dizem chocados com a presença dos chamados “tiozinhos”, “tiazinhas”, “vovozinhos” ou “vovozinhas” dividindo o mesmo espaço estudantil com os jovens, mas que, depois de algum tempo de convivência, se rendem ao magnetismo das experiências de vida dos colegas mais velhos. Em muitos casos o estudante idoso deixa de ser visto como elemento exótico e passa à condição de espelho, no qual os mais jovens começam a vislumbrar o próprio possível futuro.

Visto apenas por esse prisma, parecer que a vida dos idosos em sala de aula vai às mil maravilhas, mas não é bem assim. O sistema educacional como um todo não se preparou para receber essa esses estudantes que em alguns casos requerem uma atenção e um cuidado especial. A estrutura física das instituições de ensino não facilita o deslocamento do idoso, os currículos nem sempre são adaptados às necessidades dessa nova clientela, e os profissionais da educação nem sempre estão preparados para lidar com pessoas que pararam de estudar faz muito tempo ou que estudam com a finalidade maior de sedimentar um lastro de conhecimento e não mais com a de lutar por um espaço no competitivo mercado de trabalho.

Embora estejam na mesma sala de aula, os objetivos dos estudantes mais jovens quase sempre diferem dos daqueles outros alunos que trazem no rosto, no corpo e na experiência de vida todo um histórico de desafios enfrentados ao longo de toda uma existência de glórias ou de sofrimentos. Mas o sistema educacional não se preocupa com isso e se propõe a medir os estudantes pela escala da vitalidade juvenil e não dose de experiência que cada pessoa pode compartilhar com os companheiros de turma. Dessa forma, a educação destinada oferecida aos idosos esbarra em pelo menos duas barreiras, ambas altamente excludentes: ou vê o aluno como um corpo e uma mente cansados pelo tempo, ou o vê como um intruso em um universo feito somente para os jovens.

Não importando o nível de aprendizagem ou o curso, línguas, informática, dança, artes, graduação ou pós-graduação, o idoso é um estudante como outro qualquer, com dúvidas e dificuldades somas a momentos de vitórias e de superação contra os obstáculos impostos pelo próprio processo de ensino e aprendizagem. Mais que cabelos grisalhos em sala de aula, temos no ambiente educacional seres humanos que já não lutam apenas por uma certificação, por um diploma, mas sim, como afirma a professora Jacira Câmara, uma das maiores

autoridades no assunto, por qualidade de vida. E o direito à educação, assim como à saúde, é uma forma de oferecer a essas pessoas que tanto já se doaram para o mundo, mais alguns anos de qualidade de vida agregada à idade.

RESENHAS

A EDUCAÇÃO EM NOVAS PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS*

GOMES, Candido Alberto. *A educação em novas perspectivas sociológicas*. 4ed. rev. e ampl. São Paulo: EPU, 2005.

Quando, no início do século XX, o pensador Émile Durkheim publicou o livro *Sociologia e Educação*, abriu caminho para os estudos sociológicos na área da educação. Em quase um século de existência, muitos autores se dedicaram a esse tema que é, por sua própria natureza, inesgotável. Como nem sempre é possível recorrer às fontes primárias dessa ciência, os estudiosos sentiram falta de livros que condensassem de forma sistemática, crítica e confiável os diversos pensadores que se dedicaram ao assunto.

Foi provavelmente pensando em pesquisadores e estudantes que buscavam uma visão panorâmica sobre a

* Resenha escrita para a disciplina Sociologia da Educação, ministrada pelo Prof. Dr. Cândido Alberto Gomes, em 2010. Esta resenha é a postagem mais visitada em nossa página no site Recanto das Letras.

Sociologia da Educação que o professor, pesquisador e consultor da UNESCO, Candido Alberto Gomes publicou o livro *Educação em Perspectivas Sociológicas*, que depois foi ampliado, atualizado e revisado, ganhou o título de *A Educação em Novas Perspectivas Sociológicas* e foi publicado como parte da coleção Temas Básicos de Educação e Ensino, da Editora Pedagógica Universitária.

O livro está dividido em três grandes partes que, à primeira vista, podem até parecer independentes, mas que se completam no que se refere à sequência lógica dos conteúdos que foi estabelecida pelo autor, que sai do plano mais geral: uma síntese do pensamento dos principais sociólogos da educação, e alcança um campo mais específico, que é a uma análise do sistema educacional a partir dos referenciais teóricos discutidos no início do livro.

O primeiro capítulo da obra, intitulado *Enfoques Teóricos em Sociologia da Educação* é também o mais extenso do livro, abarcando cerca de 40% do total da obra. Partindo da premissa de que existe um paradigma do consenso e um paradigma do conflito, o autor começa a primeira parte do livro deixando claro que o período mais recente dos estudos sociológicos dedicados à Educação podem ser divididos em

duas partes: uma que concebe “a educação como fator de democratização, de distribuição de renda” (p. 01) ou até mesmo de melhoramento da natureza humana e outra caracterizada pelo pessimismo pedagógico. O primeiro momento vai até a década de 60 do século XX e, a partir daí, é substituído pelo segundo momento.

Após diferenciar em que consiste cada um dos paradigmas e de situá-los historicamente, o autor passa a estudar o paradigma do consenso com seus respectivos representantes e teorias. Dessa forma, ele contextualiza e pondera sobre o Funcionalismo de Parsons e seus seguidores, a contribuição de Durkheim, “o mais importante precursor do moderno funcionalismo” (p. 16) e a teoria técnico-funcional da educação, de Clark, Kerr e seus colaboradores. A seguir, o autor tece comentários sobre o paradigma do consenso no Brasil, país que “viveu marcado pela emergência da sociedade urbano-industrial” (p. 28). Nesse ponto, Gomes destaca a importância do educador Anísio Teixeira para o Brasil.

Concluído o estudo sobre o paradigma do consenso, o autor passa a analisar os autores e as teorias que se filiam ao consenso do conflito. Comenta a visão marxista sobre educação e, depois, concentra-se nos autores da corrente neo-

marxista, como Althusser, com seus aparelhos ideológicos e repressivos do Estado; Bourdieu e Passeron, defensores da ideia de que “o desempenho escolar está ligado às origens culturais” (p.39); Bowles e Gintis, pensadores que teorizam sobre a possibilidade de ser o capitalismo, e não a educação, a fonte das mazelas sociais; e Gramsci, com suas teorias sobre infraestrutura e superestruturas sociais.

Ainda estudando o paradigma do conflito, Candido Gomes comenta a chamada “Nova sociologia da educação” e estuda as teses da “sociedade sem escola”, de Illich; a *Pedagogia do oprimido* e a *Educação como prática de liberdade*, de Paulo Freire; a Teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto; e também os dois pilares da Teoria Crítica, na qual despontam pensadores como Adorno, Marcuse e Habermas. Antes de concluir o tópico relacionando o paradigma do conflito com a sociedade brasileira, o autor estuda os teóricos que apoiam ou questionam a noção da pós-modernidade, estudando Habermas, Bell e Giddens, mas concentrando em Lyotard, para quem a criação do conhecimento é ideológica, e Baudrillard, que defende a tese de que a pós-modernidade está centrada no crescimento da sociedade de consumo. E dada também nessa parte do livro

uma atenção especial à Sociologia da Experiência, defendida por Dubet, e que se caracteriza pela “heterogeneidade dos princípios culturais e sociais” (p. 87), com o indivíduo se relacionando com e se identificando com diversos círculos, mas sem participar integralmente de nenhum deles.

Para concluir o primeiro capítulo, Gomes analisa o paradigma do conflito na sociedade brasileira, na qual “a educação superior é vista como um processo de qualificação do indivíduo para ocupar posições sociais elevadas” (p. 91) e comenta a semidesorganização social das escolas. Importante notar que nesse primeiro capítulo, o autor não se contenta em apenas citar autor obras e teorias sociológicas, mas sim analisa e critica cada dos pensadores citados, expondo os pontos positivos e os negativos das ideias por eles defendidas.

No segundo capítulo – intitulado *A escola segundo os paradigmas do consenso e do conflito* – bem mais curto, mas nem por isso menos profundo, o autor do livro relaciona as teorias discutidas no capítulo 1 com o ambiente escolar. De modo geral fica a ideia de que a escola é uma instituição que “impõe certos padrões e valores ao alunado” (p.100) e que, por ser uma entidade naturalmente complexa, equilibra-se entre o consenso e o conflito. Enquanto Parsons, representante do

consenso, diz ser a sala de aula um ambiente de socialização, Waller, no olhar do conflito, admite serem os professores “agentes de imposição cultural sobre os estudantes” (p.101). Se, por um lado, o consenso diz que a escola é uma agente da transformação do indivíduo e do ordenamento das relações sociais, por outro lado, Levy argumenta que o verdadeiro objetivo da instituição escolar é preparar o jovem para a aceitação de seu fracasso.

A partir desses aspectos, o autor passar a trabalhar outros aspectos relacionados à vida escolar, como o protagonismo dos alunos, a adolescência, violência, massificação da escola e as expectativas dos professores. Sem ficar apenas no âmbito da teorização, o livro traz também um subtópico com “algumas implicações práticas para o educador” (p.142), no qual dá sugestões, mas também lembra que não existem receitas prontas para resolver os problemas da educação.

O terceiro e último capítulo vem em forma de interrogação: *A educação e as desigualdades: é possível construir uma escola democrática e efetiva?* Nele, o pesquisado começa por admitir que a escola é uma “arena conflitual que se situa entre vários fogos” (p.146) e a seguir enumera alguns

desses fogos que cercam a escola: democratizar oportunidades, preparar o educando para a vida em sociedade, conservar a herança cultural e exercer a função de controle social.

A seguir o livro trabalha algumas questões essenciais para a compreensão do fenômeno educacional, como as diferenças sociais entre alunos, suas origens e o impacto disso nas relações sócio-familiares e educacionais, a relação entre gênero e aprendizagem, os diferentes sistemas educacionais, os currículos e a gestão educacional. De modo bastante coerente, como ocorre ao longo de todo o livro, o autor deixa claro que não existe uma panaceia miraculosa para resolver a todos os problemas sociais, metodológicos e pedagógicos que assolam a educação e sempre se volta para discutir a educação no Brasil.

Antes de fechar o estudo com o Brasil visto pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Candido Gomes se dedica a estudar as diferenças entre as escolas, concentrando-se em elementos como as despesas por alunos, as instalações escolares e os recursos disponíveis, o tamanho das escolas, o número de alunos por turma, o tempo letivo, a formação e a disponibilidade dos professores, a gestão e o clima escolar e o efeito das relações entre os colegas. Finalmente, o autor passa para as diferenças dentro das escolas

e faz um estudo sobre os resultados obtidos pelo SAEB, cotejando-os com dados e outras pesquisas de grande porte.

O livro *Educação em novas perspectivas sociológicas* é uma obra que se propõe a ser ao mesmo tempo de leitura integral e de consulta, pois apresenta um apanhado teórico de relevante consistência, sem perder de foco a realidade do país e os indicadores educacionais que poderão ser vir como ponto de partida para futuras pesquisas relacionadas à educação em seus mais diversos níveis. É uma obra que traz a seriedade de um pesquisador aliada a preocupação de um educador e que pode contribuir tanto para a compreensão do passado de nossa educação como para o planejamento de políticas voltadas para o desenvolvimento sociocultural do país.

REFLEXÕES SOBRE O ATO DE APRENDER*

PORTILHO, Evelise. Como se aprende? Estratégias, estilos e metacognição. Rio de Janeiro: Wak, 2009. 164p.

Entender como uma pessoa aprende é um desejo antigo dos profissionais voltados para o processo ensino-aprendizagem. Diversos livros, artigos e teses já foram dedicados a essa fonte inesgotável de estudo que é a Educação, mas alguns são destinados apenas a quem já tem domínio teórico, e outros pecam pela superficialidade. O essencial é que houvesse uma obra que mesclasse científicidade e praticidade, sem perder de vista a legibilidade do texto.

Em 2009 chegou às livrarias o livro *Como se aprende? Estratégias, estilos e cognição*, da professora e pesquisadora Evelise Portilho, que, a partir de sua experiência docente, de

* Esta resenha foi publicada na revista eletrônica *Ciência & Cognição* v. 15 (2), em 2010, com o título *Como se aprende? Estratégias, estilos e cognição*.

seus cursos e palestras ministradas e de suas pesquisas reúne alguns trabalhos que buscam responder à indagação feita no título.

O livro está dividido em quatro partes que se completam, formando uma unidade temática. Apesar de os capítulos seguirem uma sequência, eles podem também ser lidos como estudos independentes, pois cada um deles mantém uma organização interna que permite a compreensão do conteúdo e assimilação das argumentações defendidas pela autora sem que haja a necessidade de recorrer aos outros estudos da obra.

No primeiro capítulo, intitulado, “Teorias da aprendizagem”, a autora inicia “destacando alguns teóricos e seus conceitos de aprendizagem” (p. 16). O texto é organizado a partir da dicotomia que divide os autores enfocados em dois grandes grupos: os que defendem o paradigma comportamental e os partidários do paradigma cognitivista.

De modo sintético, porém claro, Evelise Portilho comenta os conceitos dos principais teóricos do comportamentalismo. Ivan Pavlov, John Watson, Eduard Lee Thorndike e Burrhus Skinner são os cientistas que têm suas ideias a respeito da educação comentadas pela autora, através

de um recorte esquemático dos tópicos principais das obras mais importantes de cada um dos educadores.

Defensora da visão cognitivista da aprendizagem, a autora dedica a maior parte do capítulo para estudar os autores do segundo paradigma, sem esquecer-se de avisar que “não temos uma linha única na teoria cognitivista, que explique o funcionamento da mente” (p. 27). Trabalhando com destreza as concepções dos diversos pensadores que encaixam nesse paradigma, a autora não se limita a dissertar sobre os conceitos mais significativos de cada um dos teóricos estudados, mas aproveita para ilustrar os raciocínios teóricos com exemplos práticos que podem ser encontrados em sala de aula e que podem auxiliar o profissional da educação em suas atividades diárias.

Nessa segunda parte do capítulo inicial, são estudados os seguintes autores: Robert Gagné, Albert Bandura, Jean Piaget, Jerome Bruner, David Ausubel, Lev Vygotsky, Jorge Visca e Juan Ignacio Pozo. No tópico dedicado a cada um dos pensadores cognitivistas, a autora, além de sintetizar de modo claro e objetivo as principais teses defendidas pelos educadores escolhidos, aproveita para fazer críticas fundamentadas a respeito da importância de cada um deles para os estudos dos

processos de ensino-aprendizagem e também, quando necessário, apontar algumas incongruências conceituais que poderiam inviabilizar a aplicação de algumas teorias na prática docente.

Para encerrar o primeiro capítulo, o leitor tem um subtópico intitulado “Vislumbrando mais possibilidades para a mente humana”, no qual a autora procura entrecruzar os dois paradigmas abordados anteriormente, já que “o aprender envolve todas as capacidades da mente” (p. 74).

O segundo capítulo do livro concentra-se nas “modalidades de aprendizagem” e parte da concepção de que “a pessoa quando aprende precisa, também, desenvolver um conhecimento sobre si mesma” (p. 78). Devendo também preocupar-se em desvendar os mecanismos utilizados na própria aprendizagem. A seguir, a autora diferencia capacidade e habilidade e depois, baseada nas teorias de diversos estudiosos, apresenta várias estratégias de aprendizagem, como por exemplo, revisão, elaboração (defendida por J. I. Pozo); organização, holística, serialista (propostas por G. Pask) e apoio, atenção, processamento de informação, memorização, personalização, aproveitamento das aulas, expressão da informação (na concepção de J. B. Carrasco).

Como continuação do capítulo, Portilho trabalha também os enfoques de aprendizagem, que “têm referência na diversidade das formas existentes de abordar este processo” (p. 91). Embasando-se nas teorias de Ference Maton, Noel Entwistle e Juan Ignacio Pozo, a autora discute as noções de enfoque profundo/superficial (ativo ou passivo), estratégico e lucrativo, antes de passar para o último tópico, que enfoca os estilos de aprendizagem, que segundo os pensadores pesquisados, podem ser de experimentação concreta, observação reflexiva, conceituação abstrata, experimentação ativa; convergente, divergente, assimilativo ou criativo (na teoria de David Kolb); ativo, reflexivo, teórico ou pragmático (na concepção de Peter Honey).

O terceiro capítulo é dedicado à metacognição, estudo “que parece estar ligado à própria existência do ser humano” (p.105). Para desenvolver o tema, a autora inicia recorrendo às conceituações de autores consagrados e, depois, passa a dissertar sobre as estratégias metacognitivas, lembrando que “nenhuma estratégia pode desenvolver-se sem um mínimo de planejamento, controle e avaliação” (p. 108), elementos que estes que servirão de base para os estudos de metaconhecimento, teoria estruturada por Flavell e que será

bastante explorada pela autora ao longo do capítulo. Para finalizar a terceira parte do livro, Portilho comenta os instrumentos de avaliação cognitiva e transcreve alguns questionários que podem ser aplicados a crianças ou adultos, dependendo dos objetivos que se queira alcançar.

No último e breve capítulo, a pesquisadora volta à ideia de cabe ao professor, “antes mesmo de conhecer como seu aluno aprende, tomar consciência e controle das estratégias que utiliza para aprender” (p. 149). Nessa parte do livro, Portilho apresenta reflexões sobre a atuação dos professores e dá sugestões para que o processo ensino-aprendizagem se torne mais efetivo e afetivo, sendo “necessário que os professores sejam, além de ensinantes, também aprendentes” (p.154).

De modo geral, o livro *Como se aprende: estratégias, estilos e metacognição*, da professora Evelise Portilho, atinge seu objetivo de despertar a reflexão acerca dos questionamentos de como alguém é levado a aprender algo. Com uma linguagem que permite a leitura e o aproveitamento dos conteúdos discutidos tanto por pessoas expertas no assunto quanto por iniciantes, o livro pode ser lido por todos aqueles que tenham como objetivo compreender os processos de aprendizagem.

A ESCOLA VISTA POR DENTRO*

Publicado em 2002, o livro *A Escola Vista por Dentro* (Alfa Educativa Editora, 144 páginas) de autoria de João Batista Araújo e Oliveira e Simon Schwartzman, nasce a partir de uma grande pesquisa realizada pelos autores com o intuito de fazerem uma espécie de radiografia da escola no Brasil. Foram pesquisadas 148 escolas, 2289 professores e 1380 pais, em 51 municípios do país. Os instrumentos de coleta de dados – questionários, entrevistas e análise dos Planos de Desenvolvimento Escolar de aproximadamente 600 escolas – foram aplicados no último quadrimestre do ano anterior à publicação da obra.

O livro está dividido em uma introdução, cinco capítulos e dois anexos. As análises dos autores são

* Resenha escrita para a disciplina Processo Educacional e Dinâmica Curricular, ministrada pela Prof.^a Dr.^a. Jacira da Silva Câmara, em 2010.

intercaladas por gráficos e tabelas que comprovam os dados colhidos em campo.

No capítulo I, são apresentados os atores da realidade escolar brasileira – pais, alunos, professores e diretores. Os autores traçam um perfil dos elementos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e constatam, por exemplo, que quase todas “as crianças de 7 a 14 anos estão na escola”, sendo que “na maioria dos casos a vida escolar dos filhos é acompanhada pelas mães” (p. 12). Os autores comentam também sobre a defasagem de escolarização, que atinge a marca de 25%. Outra constatação é que a maioria dos lares é formada por pais com poucos anos dedicados à vida escolar, com pouco ou nenhum hábito de leitura e com ausência de livros nos lares. Os pesquisadores chamam a atenção para o fato de que esses dados são relativos tanto às escolas públicas quanto às particulares. Há também a constatação de que menos da metade dos pais têm o hábito de ler/contar histórias para os filhos, o que poderia fazer diferença no processo educacional dos alunos (pág. 19)

Além de falar dos pais e alunos, a pesquisa aborda também o perfil dos diretores, deixando claro que, tanto nas escolas municipais, quanto nas estaduais, “os diretores são

escolhidos sem a necessidade de comprovação de competência ou experiência” (pág. 21). De modo sutil, os pesquisadores remetem também às questões de política partidária com o fator decisivo para a escolha do corpo diretivo das escolas.

O último elemento a ser detalhado no primeiro capítulo foi o professor, usando como critérios como formação acadêmica, tempo de serviço e plano de carreira e salário. Ficou constatado que há diferenças salariais entre os professores da rede pública e os da rede particular de ensino, e que algumas escolas “diferenciam salário para professores do ensino médio e por tamanho da turma” (pág. 22).

Passando para o segundo capítulo, os autores falam da qualidade da escola vista por fora, ou seja, vista não por seus atores diretos, mas sim por elementos extraescolares, como os indicadores do SAEB – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico. A partir dos indicadores numéricos analisados, os pesquisadores chegaram a algumas conclusões, como, por exemplo, que apesar de os alunos de escolas particulares apresentaram desempenho visivelmente melhor que os da rede estadual e que os da municipal, “o desempenho do conjunto de alunos é inferior às expectativas nas três redes de ensino” (pág. 25). Em termos comparativos da análise de diversos resultados

aferidos pelo SAEB, ficou evidenciado que não foi verificada “melhoria significativa no desempenho médio dos alunos” (pág. 27).

A seguir, os pesquisadores compara o rendimento escolar de alunos brasileiros da 8ª série (atual 9º ano) com o rendimento de alunos da mesma série de outros países. Fica a constatação de que muitos outros países mais pobres que o Brasil conseguem um desempenho melhor, como é o caso de Cuba e Coréia, que conseguem obter bons níveis de rendimento escolar, que podem inclusive ser comparados aos níveis europeus. Em termos gerais, o livro mostra que “apenas 1% dos alunos brasileiros atinge o nível máximo de desempenho escolar” (pág. 28).

Ainda vendo a escola pelo olhar de fora, os pesquisadores demonstram que os alunos brasileiros têm dificuldades de escrita e de entendimento dos textos lidos. E o pior é que quando foram feitas as mesmas perguntas a alunos e professores, as respostas dos professores foram semelhantes às dos alunos, ou seja, uma demonstração de que em muitos casos os profissionais que estão ministrando aulas “nem mesmo dominam os conteúdos das quatro séries iniciais do nível fundamental” (pág. 29).

Fica então a conclusão de que a repetência, o baixo nível de aproveitamento dos estudos e o nível educacional deficiente dos professores são constantes em todo o território brasileiro.

A seguir, os autores-pesquisadores passam a mostrar a escola como ela é vista por dentro, ou seja, na visão dos pais e professores. Como a realidade mostrada no capítulo II não é de conhecimento geral, os pais envolvidos na pesquisa responderam que estavam satisfeitos com a educação recebida pelos filhos na escola. Nota-se um grau de contentamento por parte dos pais com relação à aprendizagem e à segurança dos filhos na escola. Vista pelo olhar dos pais e responsáveis, fica a impressão de que a escola apresenta poucos problemas e de que os deveres dos pais e das instituições estão correspondendo às expectativas do que seria um sistema educacional de qualidade, com pais acompanhando o desempenho dos filhos e a instituição escolar cuidando da formação e da segurança dos jovens. Mas os pesquisadores mesmos se preocupam em mostrar que tais respostas podem não corresponder à realidade.

A escola vista pela perspectiva dos professores é o tema da continuação do capítulo. Os pesquisadores analisam o

descompasso entre o início das aulas e o retorno dos professores para a sala de aula e percebem que há uma discrepância, o que os leva geralmente a não ministrarem todas as aulas do período letivo. Também é vista a relação dos alunos e professores com as tarefas indicadas para casa e a frequência do aluno em sala de aula. A expectativa dos professores é de reprovação de aproximadamente 20% dos alunos de cada sala, e isso “é considerado normal na vida das secretarias de educação, das escolas, dos professores e das famílias” (pág. 53). O desinteresse dos educandos e o fato de eles não dominarem a escrita e a leitura foram vistos como fatores determinantes para a reprovação. Outro fator estudado relativo à preparação das aulas. Os professores afirmam que gastam em média uma hora preparando os planos, mas “a análise dos planos de aula não confirma que o tipo de preparação que eles fazem justificaria esse tempo” (pág. 61). Os pesquisadores então dizem que embora realmente trabalhem muito, os professores tendem a superestimar o tempo real de trabalho.

O quarto capítulo é dedicado a como a escola é vista de dentro para fora. Mesmo os professores demonstrando autoconfiança com o processo de ensino e alegando que fazem

bem o seu trabalho, tal informação entra em contradição com o capítulo II do livro, que demonstra que o aluno é geralmente mal alfabetizado. Esta parte do livro também se preocupa com o acervo da biblioteca, o nível de leitura e algumas outras questões relativas a procedimentos dos professores em situações específicas.

Na segunda parte deste quarto capítulo é analisada a eficácia dos instrumentos de ensino, os recursos e os métodos didáticos. Há também um estudo sobre quais seriam os fatores mais importantes para a aprendizagem, questão para a qual há várias respostas, algumas conflitantes entre si. Para os entrevistados, o que ajuda a ser um bom professor é principalmente a experiência, seja ela como aluno, seja como professor. Para a maioria, o melhor recurso didático é o próprio aluno.

O quinto e último capítulo remete à escola vista em perspectiva, na qual há uma reflexão sobre os aspectos gerais da escola, seus fins e suas ambiguidades e, como complemento, traz as três lições das escolas eficazes, a saber: a) definição dos fins, b) provisão dos meios e c) questões de autonomia, poder e responsabilização. Logo depois aparecem explicitadas as metodologias utilizadas na pesquisa e gráficos

comparativos da realidade escola dos estados brasileiros envolvidos na investigação.

PORTUGUÊS FALADO E ESCRITO: O ENEM EM QUESTÃO*

FRANÇA, Katia Cilene Ferreira. *Português falado e escrito: o Enem em questão*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 232p.

Desde quando foi institucionalizado como substituto do vestibular tradicional, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) suscitou muitos debates e foi alvo de inúmeras críticas. Além dos variados problemas de repercussão nacional, como vazamento de provas, anulação de questões e suspeita de fraudes, os próprios objetivos do Exame são constantemente contestados pelos envolvidos no processo, desde os alunos até os profissionais da educação.

Incomodada com os critérios adotados na correção das redações e com as repetidas tentativas de pôr a culpa do baixo

* Resenha publicada na revista científica *Todas as Letras*. V. 14 (1), 2012. Pág. 240-242.

rendimento da produção escrita no despreparo dos professores, no descaso dos alunos ou mesmo na ausência dos pais durante o processo de aprendizagem, a professora Katia Cilene Ferreira França resolveu investigar a relação existente entre a oralidade, a escrita e o que os elaboradores da prova esperam da prova de redação dos vestibulandos. Dessa investigação resultou sua dissertação de mestrado em Educação na Universidade Federal do Maranhão e a versão desse trabalho em forma de livro, com o título *Português falado e escrito: o Enem em questão*, publicado em 2011, pela editora da Universidade Federal do Ceará.

Basicamente, o livro encontra-se dividido em quatro capítulos, sem contar a introdução, as considerações finais e os anexos, que contêm, além das redações analisadas, o material utilizado durante uma oficina de redação ministrada pela autora com a finalidade de colher os dados para a pesquisa.

Na introdução, a autora expõe as razões que a levaram a decidir-se pelo tema e por sua delimitação. Além de detalhar as partes que compõem o livro, Katia França também aproveita para questionar a suposta neutralidade do processo avaliativo proposto pelo MEC. Dadas a grande dimensão territorial e as variedades culturais do Brasil, a autora questiona se é possível

pensar em uma prova nacional e, ao mesmo tempo, propor critérios neutros de avaliação.

O primeiro capítulo teórico do livro trata das relações entre a fala e a escrita ancorando-se nas teorias linguísticas e ideológicas de Ferdinand de Saussure, Noam Chomsky e Mikhail Bakhtin. Esses teóricos foram utilizados pela autora para definir concepções da linguagem e para discutir as relações dicotômicas entre língua e fala, bem como o prestígio social da língua escrita sobre a falada. Ainda nesse tópico, a autora discute as concepções de estudos gramaticais utilizadas em sala de aula.

Afunilando a discussão, a autora recorre a Pierre Bourdieu, William Labov, Stela Maris Bortoni-Ricardo e Marcos Bagno, entre outros, para discutir a noção de “língua como heterogeneidade ordenada” (p. 63) e para desmistificar as concepções disseminadas ao longo dos tempos de que a competência comunicativa de do usuário da língua está pautada pela distinção entre o falar certo e o falar errado. Levando a discussão sociolinguística para a sala de aula, com ênfase no tratamento que é dado pela educação formal à fala e à escrita, a autora defende a idéia de que, durante o processo comunicativo, mais que conhecer as regras gramaticais, “esse

movimento exige também adequação às normas socioculturais que definem a situação de comunicação” (p. 72).

Depois de discutir as concepções de linguagem e as noções de competência comunicativa no cotidiano escolar, Katia França passa a tecer suas considerações sobre o Enem e os critérios oficiais de correção das redações dessa modalidade seletiva, criticando alguns pontos de contradição entre as propostas gerais do processo, a prática da elaboração da prova de redação e sua posterior correção. Para a pesquisadora, os critérios de correção da prova trazem dentro de si “um processo de dominação simbólica” (p.129) que leva o candidato a uma vaga na universidade a acreditar que a nota recebida no Enem seja um instrumento legitimador de seu conhecimento adquirido durante anos de estudo. Nesse capítulo, a autora também discute o fato de o Exame Nacional de Ensino Médio valorizar apenas a norma culta, desprezando as marcas de oralidade da linguagem que são inerentes às práticas sociais dos alunos, o que contraria os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que “defendem uma concepção de linguagem segundo a qual fala e escrita são modalidades complementares e interativas” (p. 131). Segundo a pesquisadora, não são apenas as marcas de oralidade que são

desvalorizadas pelo modelo de correção proposto pelo Enem, mas também a própria noção de autoria textual se vê prejudicada, pois o “Enem promove o silenciamento de vozes daqueles que correram o risco de fazer a prova, em busca de uma legitimação, mas não oram capazes de convencer a banca, de vencer junto ao poder institucionalizado” (p.145).

Saindo do campo da teorização, a autora passa a demonstrar, na prática, o resultado de suas pesquisas. A partir de temas de redações propostas pelo Enem, de textos elaborados por estudantes de uma escola e de entrevistas com os alunos produtores dos textos, a autora comenta que diante de um “enunciado prene de respostas” (158), como os propostos pelo Enem, o aluno até tem o que dizer, mas não sabe como nem o que dizer diante das formulações apresentadas. Cotejando suas ideias com fragmentos de redações e das falas dos alunos, Katia França chega à conclusão de que os critérios adotados pelo Enem “mostram um modelo excludente não apenas porque uniformiza os alunos” (...), mas também por transformar “os critérios de classificação social em categorias escolares” (p. 194).

De modo geral, o livro *Português falado e escrito: O caso do Enem*, de Katia Cilene Ferreira França, apesar da

complexa fundamentação teórica, baseada em autores que nem sempre são de fácil assimilação, consegue despertar no leitor o interesse pelo tema e levantar questionamentos que vão além dos recentes noticiários acerca de fraudes e vazamentos de questões. De forma bastante coerente, a autora teceu suas ideias e as exemplificou não com o intuito de polemizar de forma vazia, mas sim de sugerir questionamentos que podem ser bastante úteis para o aperfeiçoamento do processo avaliativo do Enem.

DIFERENÇAS EDUCACIONAIS EM QUESTÃO*

TREVIÑO, Ernesto; VALDÉS, Hector; CASTRO, Mauricio; COSTILLA, Roy; PARDO, Carlos; RIVAS, Francisca Donoso. **Factores asociados al logro cognitivo de los estudiantes de América Latina y el Caribe**. Santiago: UNESCO, 2010.

Um dos anseios mais antigos dos estudiosos da Educação é descobrir quais são os fatores determinantes para o sucesso ou para o fracasso da passagem dos alunos pela escola. Algumas pesquisas tentam preencher as lacunas existentes, mas, quase sempre esbarram na problemática da dimensão territorial ou na escassez de recursos. Em alguns casos, a investigação deixa saldos bastante positivos, como é o caso do estudo de Juan Casassus em seu livro *Escola e Desigualdade, de 2002*, ou da abrangente e esclarecedora abordagem de João

* Resenha publicada na revista científica Educação em Questão, da Universidade federal do Rio Grande do Norte. V. 38 (24), maio-agosto de 2010. P. 306-310. Há também uma variação desta resenha redigida em parceria com o professor Paulo Menis e publicada na segunda edição da revista da Unisulma, 2012.

Batista Araújo e Oliveira e Simon Schwartzman, que resultou no livro *A Escola Vista por Dentro*, também de 2002.

Mesmo assim, os estudos citados visam a situações mais focais e, por suas próprias especificidades, não se propuseram a abordar o ensino em uma amplitude que atingisse um território tão vasto e heterogêneo quanto o composto pela América Latina e pelos países caribenhos. Para suprir essa carência de dados mais detalhados, foi realizada uma grande pesquisa a partir de testes aplicados no chamado Segundo Estudo Regional e Comparativo e Explicativo (SERCE), realizado pelo Escritório Regional de Educação da UNESCO para a América latina e o Caribe (OREALC), na sigla em espanhol, e que resultou no livro-relatório *Factores asociados al logro cognitivo de los estudiantes de América Latina y el Caribe*, publicado em janeiro de 2010, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Redigido por uma equipe de experientes pesquisadores em educação formada por Ernesto Treviño, Héctor Valdés, Mauricio Castro, Roy Costillas, Carlos Pardo e Francisca Donoso Rivas, o livro-relatório traz um mapeamento

detalhado da atual situação de ensino nos países pertencentes à região delimitada.

Escrito em uma linguagem técnica, mas bastante acessível, o trabalho é ilustrado por um número bastante significativo de gráficos e tabelas explicativos e é composto pelas seguintes partes: uma breve apresentação, um prólogo, um resumo da execução da pesquisa, uma introdução geral, quatro capítulos e quatro anexos.

Basicamente, os quatro capítulos que compõem o livro (1. A influência da escola na aprendizagem; 2. Desigualdades sociais e aprendizagem; 3. Fatores associados à aprendizagem; 4. Conclusões e recomendações de políticas) são aprofundamentos, exemplificados e ilustrados com comentários que fazem o leitor compreender alguns pontos que dificilmente seriam esclarecidos apenas com a presença dos infográficos.

Após uma sucinta apresentação, assinada por Jorge Sequeira, diretor do Escritório Regional de Educação da UNESCO para a América latina e o Caribe, e um prólogo também bastante sintético, escrito por Héctor Valdés Veloz, diretor do Laboratório Latino-Americano de Avaliação e

Qualidade na Educação (LLECE), na sigla espanhol, o leitor chega a dois dos pontos mais importantes da obra: o resumo de execução da pesquisa e a introdução.

Fica-se sabendo então que a publicação é resultado de uma longa e exaustiva pesquisa realizada entre 2004 e 2008, e que o “SERCE é o mais importante estudo avaliativo sobre o desempenho dos estudantes da escola primária realizado na América Latina e no Caribe [...]” (p. 9), também que o modelo utilizado para a pesquisa foi o de Contexto-Insumo-Processo-Produto (CIPP), tendo como variáveis do item contexto a situação educacional do lar, o índice socioeconômico e cultural da família, os gêneros, a condição indígena e o trabalho infantil. Com relação ao insumo, os fatores determinantes foram a infraestrutura da escola, o número de computadores, os docentes e, com relação aos discentes, a repetência e o acesso à pré-escola. Quanto ao processo, foram estudadas variáveis como clima escolar, gestão do diretor, satisfação e desempenho dos docentes. Finalmente, com relação ao produto, os critérios analisados foram aprendizagem, formação cívica e a participação social e econômica.

As partes iniciais do livro-relatório trazem diversas informações que serão recorrentes ao longo dos capítulos seguintes. Algumas ideias solidificadas pelo tempo são questionadas, como, por exemplo, a relação entre condição econômica e aprendizagem. Os pesquisadores afirmam que “[...] o nível socioeconômico influi, mas não é o determinante do sucesso [...]” educacional (p. 14), e mais adiante voltam a afirmar que “[...] os recursos materiais e humanos são necessários para melhorar o rendimento acadêmico, mas por si mesmos não asseguram que os estudantes aprendam [...]” (p. 15), pois “[...] os recursos têm um grau menor de importância que os processos, já que é necessário um uso adequado dos recursos para produzir aprendizagem.” (p. 112).

Chama também a atenção a ênfase dada ao que os pesquisadores denominam de “clima escolar” e à gestão administrativa da escola. Ao longo de todo o relatório, os autores alertam para o fato de que “[...] os estudantes aprendem mais quando frequentam escolas onde se sentem acolhidos e se dão relações de cordialidade e respeito entre alunos e professores [...]” (p. 15) e há a constatação de que “[...] a gestão do diretor é a variável que ocupa o segundo lugar nos processos educativos quanto à consistência de sua relação

com o rendimento.” (p. 125). De modo geral, o relatório deixa claro que “[...] o clima escolar e a gestão do diretor são elementos essenciais para explicar uma melhora na aprendizagem, seguidos pela satisfação e o desempenho dos docentes.” (p. 107).

Saindo da parte introdutória e entrando nos capítulos do livro-relatório, tem-se o primeiro capítulo, que analisa “a influência da escola na aprendizagem”, com seus respectivos efeitos na leitura, na matemática e nas ciências. Os pesquisadores demonstram que existe uma gradação na influência da família e da escola na formação cognitiva dos estudantes. Nos aspectos da leitura, a família influencia mais que a escola, ocorrendo o contrário quando se trata das ciências, isso se dá porque “[...] as escolas são um veículo essencial para instalar noções científicas nos estudantes [...]” (p. 40) ao mesmo tempo em que a influência da escola na aprendizagem da matemática é levemente superior à da leitura, isso acontece porque “[...] a escola é a principal fonte formal desta matéria em nossa sociedade.” (p. 36).

O segundo capítulo se ocupa das desigualdades sociais relacionadas com a aprendizagem. Partindo da noção

de que “[...] as desigualdades sociais mantêm uma relação estreita com a aprendizagem [...]” (p. 45), os autores fazem um mapeamento sintético, porém detalhado da situação encontrada nos países, traçando perfis escolares específicos para cada uma das nações investigadas. Ao final do capítulo, questionam sobre as providências a serem tomadas para diminuir as desigualdades sociais e educacionais existentes dentro das nações ou entre elas.

A seguir, em um terceiro capítulo, bastante técnico, os autores, voltando-se para o modelo CIPP, analisam os resultados obtidos na investigação. Nessa parte do trabalho, há a constatação de que há, por exemplo, “[...] geralmente vantagem para as meninas em leitura de aproximadamente 5 pontos e desvantagens em matemática e ciências de 10 pontos, com algum grau de variação entre países.” (p. 88). O estudo constata também que, por ser menos favorecida financeiramente, nivelar o grau de aprendizagem da população indígena é um desafio a ser superado pelas nações, e que o trabalho “[...] juvenil tem um efeito negativo na aprendizagem, com maior incidência em leitura e ciências em comparação com matemática.” (p. 89). Os pesquisadores chamam a atenção também para os males ocasionados pela segregação social na

escola, que “[...] reduz a possibilidade de construção de uma sociedade mais coesa desde a escola [...]” (p. 90) e alertam para o fato de isso ser mais visível na zona urbana, uma vez que “nas zonas rurais afastadas costuma existir apenas uma opção de escola.” (p. 90). Há também nesse capítulo a análise dos elementos relativos a insumo, produção e produto do processo educacional.

Para fechar o trabalho, os pesquisadores dedicam um capítulo não só para as conclusões, mas também sugestões de práticas políticas, além de recomendações aos professores e aos gestores das escolas. Os autores dizem que para diminuir as diferenças encontradas são necessárias “[...] estratégias que promovam um incremento de aprendizagem de todos os estudantes [...]” (p. 127), recomendam melhorar a formação inicial dos professores, inserir “[...] docentes destacados em escolas de contexto desconfortável [...]” (p. 127) e melhorar o desempenho dos docentes. Há também a sugestão de uma melhor distribuição das verbas destinadas à educação, pois, “[...] é indispensável transformar a política de distribuição para dotar de maiores recursos os mais necessitados [...]” (p. 129), entre outras sugestões de caráter prático.

De um modo geral, *Factores asociados al logro cognitivo de los estudiantes de América Latina y el Caribe* é um livro que merece ser lido não apenas por educadores e gestores, mas sim por todos os interessados nas questões educacionais, como também pelos responsáveis pelas políticas públicas de educação em todos os países pesquisados. Uma das maiores lições que os autores deixam é a de que, apesar de todas as condições adversas, a escola ainda mostra “[...] um potencial para reverter as desigualdades e promover aprendizagem dos estudantes (p. 36). Não se trata de uma obra que apenas aponta os problemas educacionais nos países, mas sim um trabalho que busca também apontar soluções práticas para questões que muito incomodaram no passado e que, caso não sejam enfrentadas de forma eficiente, continuarão a incomodar por muito tempo ainda.

OUTROS TEXTOS

APRENDENDO PARA NÓS E PARA OS OUTROS*

Francisca Eliete da Cruz Moraes¹

José Ricardo Pinheiro Cunha²

José Neres³

*Me procurei a vida inteira e não me achei – pelo
Que fui salvo
Descobri que todos os caminhos levam à ignorância
(Manuel de Barros)*

CONJUGANDO O APRENDER

Eu ensino, tu ensinas, ele ensina... Professores e professoras ensinam! Eu estudo, tu estudas, ele estuda... Alunos e alunas, sentados, e, muitas vezes em atitude passiva,

* Trabalho apresentado à disciplina Filosofia da Educação, ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Síveres, em 2010.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Bacharel em Ciências Contábeis.

² Bacharel em administração. Especialista em Negociação e Consultoria. Professor da Faculdade Atenas Maranhense.

³ Mestre em Educação pela Faculdade Atenas Maranhense.

em sala de aula, estudam! Mas será que poderemos conjugar da mesma forma o verbo aprender? Nós aprendemos tudo o que nos é ensinado? Aprendemos pelo menos em parte do que nos é ofertado no dia a dia? Para que estudamos? Será que existe uma linha clara entre ser aluno e ser professor? Tantas perguntas! Tantas perguntas inundam nossas cabeças ávidas de respostas.

O professor Luiz Síveres (2010), recorrendo aos estudos realizados pela pesquisadora Liane Tarouco, informa que o grau de absorção dos conhecimentos estudados em sala de aula é de apenas 5% (cinco por cento!) do que foi ensinado, podendo esse percentual ser ampliado para 10% com a prática da leitura, 20% com o auxílio de recursos audiovisuais; 30% quando o conteúdo vai além da aula expositiva e parte para o plano da demonstração dos fenômenos; 50% com a implementação do estudo em grupo e 70% com a aplicação prática do que foi ensinado. Os números assustam, mas, lá no ponto final dos dados, algo chama a atenção: quando estudamos para ensinar, o grau de absorção do conhecimento atinge a extraordinária marca de 90% (noventa por cento!!!) de aproveitamento.

Essa última informação para vir para complementar a frase do escritor norte-americano Richard Bach, que em seu romance *Ilusões – As Aventuras de um Messias Indeciso*, diz com todas as palavras que “Você ensina melhor o que mais precisa aprender” (BACH, 2004, p. 56). Os dados trazem também à tona a conhecida máxima de Guimarães Rosa (2006), que, em sua obra maior – *Grande Sertão: Veredas* – afirma que “Mestre não é quem ensina, mas quem de repente aprende” e alimentam a concepção do poeta pantaneiro Manuel de Barros (2010, p. 304), ao afirmar que “Ocupo muito de mim com o meu desconhecer”

As palavras dos mestres nos levam a questionamentos sem fim. Se somos feitos de desconhecimentos, para que ensinar? A quem ensinar? Ao mesmo tempo elas abrem nossos olhos para a certeza de que devemos ensinar, ensinar muito e ensinar cada vez melhor, mesmo que isso pareça uma tarefa quase impossível, dentro da conjuntura educacional em que estamos inseridos.

TATEANDO O DESCONHECER

Não precisamos recorrer a muitas noções de matemática e de lógica para percebermos que, por maior que seja nosso interesse pelos estudos, nunca iremos aprender tudo aquilo que queremos, pois o nosso conhecimento será sempre um átomo diante da gigantesca pirâmide que é o nosso desconhecimento. Estudamos para suprir lacunas e para satisfazer o desejo de ser algo mais que um átomo perdido em um Universo de informações que serão sempre uma quimera ou um intransponível obstáculo diante de nosso sonho de aprender tudo o que queremos.

É verdade também que nem sempre o Homem anseia pelo conhecimento que está disponível à sua volta. Alguns não querem defrontar-se com a luz do conhecimento e preferem, como demonstrou o filósofo grego Platão em sua famosa alegoria conhecida como Mito da Caverna, vislumbrar as sombras na parede a enfrentar a realidade. Viver na periferia do conhecimento pode ser uma das causas da angústia humana.

Consciente da impossibilidade de abarcar todo o conjunto de saberes que poderiam ser essenciais para melhorar a relação de si para si e de si para com o Outro, o Homem às

vezes se desespera e não percebe que a certeza do não conseguir apreender tudo o que é ensinado pode tanto levá-lo ao desespero como também abrir possibilidades de abrir os olhos para horizontes ainda não vislumbrados. Em outras palavras, a certeza das limitações de aprendizagem abre caminho para a busca do aprender de modo mais eficiente o que for possível de ser assimilado.

Pode até parecer cruel e desesperador saber que estudamos com a certeza de que não iremos aprender tudo o que queremos, mas, para que a desesperança não bata à nossa porta e não se instale em nossas casas, percorremos as páginas de Mario Quintana e tiramos a lição para não desistirmos.

Se as coisas são inatingíveis... ora
Não é motivo para não querê-las...
Que triste o caminho se não fora
A mágica presença das estrelas!
(QUINTANA, 2005, p. 212)

Nesse poema, significativamente intitulado “Das Utopias”, o poeta dos Quintanares deixa claro que nem tudo o que almejamos pode ser alcançado, mas que devemos manter sempre a esperança de atingir o inatingível e que os sonhos são essenciais para a manutenção de nosso desejo de continuar

progredindo. Se não podemos alcançar as estrelas, devemos pelo menos alegrar-nos com o brilho que delas emana e que nos serve de luz nas trevas do desconhecimento total.

Mas será que vale a pena lutar tanto para assimilar tão pouco. Vale a pena gastar horas estudando/ensinando/aprendendo na certeza de que boa parte do tempo despedido se esvairá no vazio do esquecimento? Nos desvãos da memória? Mas neste mundo pós-moderno em que a liquidez se torna uma marca, como afirma Zygmunt Bauman (2004), não seria hora também de, como sugere Maria Cândida Moraes (2008), de prepararmos também para conviver com as incertezas do mundo?

O poeta Português Fernando Pessoa (2009) deixa dito em um de seus celebres poemas a ideia de que “navegar é preciso/ viver não é” e, em outro poema, ele diz, ao comentar as grandes navegações portuguesas rumo ao desconhecido:

Valeu a penas? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.

Assim como os antigos navegantes enfrentavam o desconhecido todas as vezes que adentravam ao mar, até hoje avançamos tateantes no vasto e desconhecido território da busca do saber. Além do Bojador, metaforicamente representado o já conhecido, há muito ainda por ser descoberto e pode valer a pena deixar as águas mansas das certezas para navegar rumo ao desconhecido e enfrentar as incertezas de novos mares, de novos mundos, de novos saberes.

NA EDUCAÇÃO, TUDO VALE A PENA

Devidamente abastecidos pela confiança passada pelo poeta gaúcho e pelo grande vate português, voltamos para nosso propósito geral: para que e para quem aprendemos, já que nossa ignorância será sempre maior que nosso conhecimento?

Dietman Mieth (2007) deixa bem claro em seu *Pequeno Estudo de Ética* que precisamos de modelos para nossa formação, mas também esclarece que modelo não é igual a decalque. Tivemos nossos modelos de mestres, de amigos, de colegas... Quantos deles, por razões positivas ou negativas, não passaram por nossa vida e deixaram suas marcas?! Alguns

deles foram responsáveis, direta ou indiretamente, por seguirmos as profissões que escolhemos. Mas da mesma forma alguns também nos desestimularam a seguir os caminhos que julgávamos ideias, pois deixaram em nossa memória a imagem do que não queríamos ser.

Claro que, como afirma Mieth (2007), os valores, como praticamente tudo no mundo muda não só a cada geração, mas sim a cada momento de nossa vida e o que era considerado virtude há cinco décadas, como decência, ordem a asseio, hoje podem ser relegadas a um plano menos importante, com a consequente valorização de atitudes que antes não eram lembradas em outros momentos históricos, como, por exemplo, iniciativa liderança e capacidade de trabalhar em equipe. Ou seja, o aluno que temos hoje não é mais o aluno que fomos ontem.

Mudanças de épocas exigem mudanças de estratégias de atitudes e novas concepções do que é aprender, do que é querer aprender, do que é ensinar e do que é sentir-se feliz.

Realmente parece que ensinamos com maior empenho aquilo que mais precisamos aprender, conforme escreveu Richard Bach (2004), e, quando aprendemos e temos a oportunidade de transmitir nossos conhecimentos, nossa

alegria é multiplicada praticamente na mesma proporção em que ela se vê fragmentada diante da indiferença dos que não querem ou acham que não precisam aprender.

Embora as pesquisas de caráter mais acadêmico sobre esse descaso com o próprio saber sejam relativamente recentes, as observações a esse respeito já são bastante antigas e perpassam diversos campos do saber, como Pedagogia, Ética, Filosofia, Literatura e História. O prosador latino Petrônio, por exemplo, em sua obra magna, o romance *Satíricon*, já chamava a atenção, para o fato de que:

Não cabe aos professores a culpa pela ruindade de nossas lições. Diante de cabeças descerebradas, não se pode falar sensatamente. Como observou Cícero, se o ensino não for agradável, “o professor logo ficará sem ouvintes”. (PETRÔNIO, 2003, p. 17)

Como pode ser visto, mesmo antes de Petrônio, o filósofo e jurista Cícero já comentava que o ato de ensinar precisa ser agradável para atrair a atenção dos alunos. Isso pode ser notado como muito mais facilidade nos dias atuais, quando os professores não podem contar mais apenas com os

conhecimentos adquiridos em muitos anos de estudo, tendo também que recorrer a artifícios cênicos e tecnológicos para manterem os alunos “presos” ao que está sendo explicado durante as aulas.

Sobre isso, a pesquisadora Maria Cecília Cortez Christiano de Souza (2009), ao estudar a depressão em professores e a violência nas escolas, comenta que os alunos atuais, além de não mais estenderem para os professores o macio edredom do silêncio e do fingimento de que estão interessados nas aulas, ainda fazem questão de expor seus descontentamentos com relação à forma como está sendo conduzida a aula.

Isso nos leva novamente a pensar nas palavras de Guimarães Rosa, pois, cada vez mais, o professor não deve fixar-se apenas no ensinar, mas deve dividir seu tempo também com o constante aprendizado e reaprendizado, pois o mestre não é quem ensina, mas quem aprende não só com os erros alheios, mas também com as próprias falhas. É no afã de ensinar que o professor percebe que deve transformar sua vida docente em um incessante processo de aprendizagem.

O professor ocupa grande parte de seu tempo com a aprendizagem, mas deve ter a certeza de que, como disse o

poeta Manuel de Barros (2010), dedica um intervalo ainda maior com o desconhecer. A famosa máxima socrática “tudo o que sei é que nada sei”, que aparentemente não seria adequada no repertório de um docente, torna-se, para o professor consciente de seu trabalho, uma legenda que deve ser lida e relida todos os dias.

O Homem não deve estudar apenas para si, mas sim para tornar o mundo melhor para ele mesmo e para todos os que ainda hão de vir, da mesma forma que tantos outros sedimentaram os caminhos, estradas ou veredas pelas quais hoje percorremos. Sobre isso, Luíz Síveres (2010), citando o compositor Toquinho, diz que “somos os herdeiros do futuro”, isto é, colhemos os frutos plantados por outros, mas também plantamos para que outros possam vir a colher o que deixarmos. O futuro pode não ser o que virá. O futuro pode ser o que fizermos agora. Seja no campo de uma educação planetária em que não importa apenas o eu, mas sim o conjunto, como propõe o pensador francês Edgar Morin, diversas vezes citado por Maria Cândida Moraes (2008), seja na produção de conhecimentos e de tecnologias que servirão para que as próximas gerações possam receber de nossas mãos um mundo mais digno.

Tudo isso é educação. Tudo isso é aprendizado. Não sabemos o que virá. Mas já sabemos o que passou e onde erramos em nossa história. Se nessa imensa sala de aula em que vivemos, iremos apreender, conforme e pesquisa de Liane Tarouco, citada no início deste ensaio, apenas 5%, 10%, 20% ou 30% de tudo o que nos foi ensinado pelos mestres e pela própria vida, devemos agir como seres que não querem aprender somente para nós mesmos. Devemos agir como quem estuda para ensinar e atingir os 90% de apreensão daquilo que nos é dito e mostrado todos os dias em todos os lugares.

No final de tudo, mesmo se houver apenas 1% de aprendizagem, vale a pena, pois isso prova que a missão dos professores não foi de todo em vão. Como educadores, temos que ter a alma grande, imensa. E tudo sempre vale a penas “se a alma não for pequena”.

REFERÊNCIAS

BACH, Richard. *Ilusões: as aventuras de um messias indeciso*. 29ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- BARROS, Manuel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004
- MIETH, Dietman. *Pequeno estudo da ética*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- MORAES, Maria Cândida. *Ecologia dos Saberes: Complexidade, transdisciplinaridade e educação*. São Paulo: Antakarana e ProLibera, 2008.
- PESSOA, Fernando. *O poeta fingidor*. São Paulo: Globo, 2009.
- PETRÔNIO. *Satíricon*. São Paulo: Marin Claret, 2003.
- QUINTANA, Mario. *Poesia completa*. São Paulo: Nova Aguilar, 2006
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.
- SÍVERES, Luiz. *Filosofia da Educação*. Aulas ministradas no curso de mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília, 2010.
- SOUSA, Maria Cecília Cortez Christiano de. *Professores deprimidos podem formar sujeitos?*. Educação (São Paulo), v. 2, p. 64-73, 2009.

A AUTORREGULAÇÃO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE CURSOS PRÉ-VESTIBULARES*

INTRODUÇÃO

O vestibular é visto pela sociedade em geral como um ritual de passagem do estudante do ensino médio rumo aos estudos universitários. Após concluir, ou mesmo ao longo do ensino médio, alguns alunos se sentem inseguros ou descontentes com relação aos próprios conhecimentos adquiridos durante os estudos regulares. Então, como forma de compensação ou de adquirir maior segurança na hora de responder às questões da prova, matriculam-se em um curso pré-vestibular.

* Trabalho apresentado no Encontro Científico da UNDB, em 2011.

Esse tipo de instituição paralela de ensino, que nem mesmo é reconhecida pelas esferas oficiais da Educação, ora funciona como forma de reforço das lições aprendidas na escola, ora como complemento ou atualização de conhecimento e, em alguns casos, como primeiro contato do aluno com alguns conteúdos que deveriam ter sido ministrados na escola e ainda como meio de alimentar o sonho de ingressar em uma universidade, é pouco estudado pelos pesquisadores da educação, que geralmente se concentram mais nos níveis oficiais de ensino – infantil, fundamental, médio, superior e pós-graduação.

Os estudos científicos relativos ao ensino-aprendizagem em pré-vestibulares são geralmente voltados para cursos comunitários ou para as ações afirmativas, como é o caso dos preparatórios específicos para negros e carentes, que já contam com uma razoável bibliografia. Portanto ainda há escassez de trabalhos sobre os cursos pré-vestibulares convencionais, que têm como propósito maior preparar alunos para a aprovação em um curso superior em uma universidade, seja ela pública ou particular.

O outro elemento focado neste artigo, a autorregulação, apesar de ser bastante recente, já conta com

muitos estudos, mas a maioria investigando alunos do nível médio, fundamental ou superior, com incursões também na relação de ensino-aprendizagem entre alunos e professores, mas sem enfoque no ensino intermediário entre o final do ensino médio e a tentativa de acesso a um curso superior por meio de cursos pré-vestibulares.

Foi pensando nesse silêncio sobre o ensino oferecido pelos cursos preparatórios que resolvemos investigar o processo de autorregulação em estudantes que frequentam cursos pré-vestibulares.

No primeiro momento deste artigo, mostraremos como é o ambiente em um curso pré-vestibular. A seguir, serão feitas algumas observações acerca das teorias e dos conceitos de autorregulação no processo ensino-aprendizagem. Finalmente, faremos uma relação direta entre a autorregulação e os alunos de cursos pré-vestibulares.

METODOLOGIA

Para colher as informações práticas que serão utilizadas neste trabalho, o pesquisador fez observações informais em três cursos pré-vestibulares de uma capital do Nordeste

brasileiro durante dois meses – maio e junho – de 2010, além de contar com sua experiência nesse ramo de ensino, o que facilitou seu acesso às instituições observadas. Como o processo adotado foi o da observação direta e de conversas informais com alunos, funcionário e professores, além de pesquisa bibliográfica, não houve necessidade de elaborar questionários, entrevistas estruturadas e ou de tabular dados numéricos, ficando os exemplos ilustrados com as observações feitas em campo de pesquisa.

Por se tratar de um ambiente com altíssima rotatividade, onde todos os dias há novos alunos, com pessoas de variadas faixas etárias e pertencentes a classes sociais distintas, a presença de um pesquisador em uma sala de pré-vestibular passou despercebida, não interferindo diretamente no resultado da observação *in loco*, podendo o observador inclusive interagir com os alunos sem ser notado.

O AMBIENTE PRÉ-VESTIBULAR

Todos os anos, milhares de estudantes concluem o ensino médio. Contudo a quantidade de vagas nas universidades não acompanha o crescimento do número de

alunos que terminam o ensino médio e tentam uma vaga em um curso superior. Em nota divulgada no dia 09 de dezembro de 2009, pela assessoria de imprensa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o presidente do órgão, Reynaldo Fernandes, afirmou que cerca de 1,8 milhão de estudantes concluem o ensino médio no Brasil todos os anos. A quantidade de vagas, por outro lado, não acompanha o ritmo de crescimento do número de concorrentes diretos aos cursos superiores oferecidos, o que faz a relação candidato/vaga aumentar ano após ano.

Como há um desencontro entre o número de concorrentes e o número efetivo de vagas nas instituições de ensino superior alguns estudantes conseguem logo a vaga na Universidade (pública ou particular), outros, no entanto, têm que esperar por meses até que sejam novamente abertas as inscrições para os concursos vestibulares. Tais alunos, enquanto estão fora do sistema escolar oficial, geralmente recorrem ao sistema paralelo de ensino assistindo a aulas de reforço ou de revisão em cursos preparatórios.

Geralmente esses cursos funcionam em salas grandes, que comportam uma quantidade de alunos que pode chegar a 200, 300 ou até mesmo 500 alunos. Em tempo de alta procura,

como nas semanas que antecedem os vestibulares, com as turmas superlotadas, é comum encontrar professores munidos de microfones para se fazerem ouvidos na hora da aula.

Da mesma forma que em uma aula do ensino médio, alguns professores de cursos pré-vestibulares também são “tentados a argumentar que aquele conteúdo ou tópico costuma cair no vestibular” (BZUNECK, 2010: 18), e também utilizam constantemente outras estratégias motivacionais, como, por exemplo, chamar os alunos de “futuros universitários”, ou projetam o tema estudado para uma utilidade futura dentro dos cursos superiores, lembrando que o conteúdo ministrado poderá servir de base para pesquisas a serem realizadas na Universidade. Com isso, o professor tenta fazer o estudante perceber que aquele conteúdo específico deve ser levado a sério e que o conhecimento adquirido não perde seu valor após a prova de vestibular.

Uma sala de aula de um curso pré-vestibular geralmente apresenta um público bastante heterogêneo. Nela podem ser encontrados estudantes com as mais diversas expectativas: há os objetivam uma espécie de reforço de conteúdos que não foram bem assimilados nas aulas do ensino médio; há quem se sinta inseguro com o próprio estudo e então

procura aprofundar os conteúdos ministrados na escola regular ou em outros cursos, pode ser encontrado também aluno interessado em antecipar matérias que ainda serão vistas na escola. Existem também aqueles alunos que estão há bastante tempo fora de sala de aula, mas que desejam ingressar em uma universidade, e os que esperam que as aulas ministradas de forma condensada sirvam como substitutas de toda a programação que deveria ser assimilada em 11 ou 12 anos de estudos regulares. Mas, independentemente do histórico dos alunos, todos trazem internalizado um objetivo maior: a aprovação no concurso vestibular, seja ele no modelo mais tradicional ou no formato do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.

Em termos gerais, as aulas dos pré-vestibulares são ministradas seguindo um dos seguintes padrões: a) o professor faz uma explanação sobre o assunto e depois passa para a resolução de exercícios, que quase sempre são questões selecionadas de provas de concursos; b) durante a resolução das questões, o professor aproveita para explicar a parte teórica específica relativa.

Morgado (2003) observa que o professor de um curso pré-vestibular tem como objetivo principal fazer com que o

aluno passe no concurso. Com o intuito de facilitar o acesso ao conteúdo, o discente faz uso dos chamados “macetes” de piadas e de outros modos descontraídos de ensinar, o que, segundo Breviglieri e Gomes (2008), pode ajudar o aluno na compreensão dos conteúdos, desde que seja devidamente contextualizado ao conteúdo estudado.

O aluno, por sua vez, pode tirar suas dúvidas de variados modos: a) por meio de bilhetes anônimos que são passados de fila em fila até chegar ao professor; b) por perguntas diretas feitas sobre o assunto; c) em plantões de tira-dúvidas, marcados previamente pela secretaria do curso; ou, d) com perguntas feitas fora do horário convencional de aula, às vezes, dependendo da disponibilidade do professor, nos corredores ou em outras dependências da instituição.

. O clima encontrado em um curso que visa primordialmente a aprovação em concurso é geralmente de competição, pois todos podem ser concorrentes no dia da prova. Estudando a teoria funcionalista na visão de Parsons, Gomes (2005) comenta que as ações dos atores sociais são guiadas por objetivos e que eles são levados a agir de forma a otimizar as gratificações que recebem. Esse olhar funcionalista acaba determinando as ações dos alunos, que passam a não dar

importância para o que não tenha relação direta e imediata com o vestibular, pois “o comportamento é regulado pelo auto-interesse, considerado quase totalmente segundo custos e benefícios materiais” (BANDURA, 2008b: 15).

No ensino médio, a recompensa esperada pode vir em forma de uma nota, de elogios ou de presentes ofertados por pais, parentes ou mesmo pela própria instituição de ensino, porém quando se trata de um concurso tão decisivo como o vestibular, a única recompensa que interessa ao estudante é ter seu nome na lista dos aprovados.

Por sua própria natureza imediatista, que busca o resultado acima de tudo, as aulas ministradas por um professor de curso pré-vestibular focam muito mais nas informações transmitidas aos alunos que nos aspectos formativos de um conhecimento mais global. Informações que fujam ao programa estabelecido pelo edital do concurso vestibular, por mais que pareçam interessantes para o professor ou para a formação integral do aluno como cidadão, não despertam o interesse do alunado e geralmente são classificados pelos estudantes como perda de tempo ou “enrolação” do professor.

O interesse maior está em preparar o aluno para responder às questões de múltipla escolha, em um processo

que a língua inglesa chama de *testwiseness*, ou seja, preparar o aluno para responder questões de múltipla escolha ou mesmo subjetivas. Com esse objetivo, em determinados momentos da explanação, o professor não se preocupa apenas em comentar a resolução das questões, mas também reserva um tempo para demonstrar que, na hora da prova, é possível que o conhecimento acumulado não seja suficiente para encontrar a resposta correta, tendo o candidato que recorrer ao “chute”, ou seja, à eliminação das opções menos prováveis para aumentar a probabilidade de um acerto, independentemente do grau de conhecimento do assunto explorado na questão, conforme explicam Villamarín (2000) e Morgado (2003).

A AUTORREGULAÇÃO

Os estudos relativos ao processo de autorregulação associado à aprendizagem são relativamente novos se comparados com outras teorias voltadas para a compreensão do processo cognitivo. Hugo (2008) reconhece que se trata de

um assunto complexo, que estabelece diálogo contínuo com diversos campos da Psicologia. A pesquisadora comenta ainda que a autorregulação tem uma dupla função: orientar o processo de produção e modificar o comportamento através de estratégias que articulam diferentes tipos de conhecimento.

Para Bandura (2008a), a autorregulação é composta de três processos básicos que se completam: a auto-observação, o processo de julgamento e a autorreação, já que o comportamento humano é regulado “por meio de consequências auto-avaliativas, na forma de satisfação pessoal, orgulho pessoal, insatisfação pessoal e autocrítica” (BANDURA, 2008a: 53).

Galvão (2006) diz que a autorregulação está relacionada com os mecanismos utilizados pelas pessoas para controlarem o próprio processo de aprendizagem e, que, para que isso ocorra, é necessário estabelecer objetivo e norma de estudo, além de controlar o próprio progresso. Portilho (2009) concorda com essa noção, acrescentando que, por serem as estratégias algo de natureza consciente e intencional, elas precisam de um mínimo de planejamento controle e avaliação.

Independentemente das diversidades de conceituações encontradas nos diversos autores pesquisados (Galvão, 2006;

Bandura, 2008a, 2008b ; Hugo, 2008; Portilho, 2009), fica como ponto em comum a concepção exposta por Castro (2007) quando afirma que na autorregulação é essencial a participação ativa do indivíduo e do seu desejo de aprender.

A AUTORREGULAÇÃO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE CURSOS PRÉ-VESTIBULARES

Enquanto no ensino regular o estudante é constantemente vigiado por pais, professores, coordenação e demais esferas escolares, sendo obrigado a cumprir um determinado percentual de presença em sala de aula e a obter uma média que lhe permita “passar de ano”, em um pré-vestibular o tipo de cobrança deixa de ser externa e passa a adquirir uma projeção de dentro para fora. Nesse nível paralelo de ensino, o estudante não tem mais a obrigatoriedade de assistir a todas as aulas, não tem suas atividades vigiadas por professores e nem mesmo precisa ter o compromisso institucional de responder às questões propostas. Assim, nesse ambiente de aparente liberdade, que pode ser interpretado

como um convite para diversas “irresponsabilidades”, é criado um clima extremamente propício para o desenvolvimento do exercício de autorregulação.

Morgado (2003) e Villamarín (2000) chamam a atenção para o fato de que o sucesso na vida e nos estudos depende da motivação, contudo Zenorini e Santos (2010) advertem que motivação deve ser vista como processo e não como produto, pois não é possível mensurá-la, apenas inferi-la pelos efeitos que produz.

Dissertando sobre a Teoria de Meta de Realização, Zenorini e Santos (2010) dividem os alunos em dois grupos: os orientados para a meta do aprender e os orientados para a meta da performance. No primeiro grupo estão aqueles estudantes que buscam o crescimento intelectual e costumam utilizar-se de estratégias de estudos mais efetivas. Do outro lado estão os alunos mais focados em demonstrar a própria inteligência. É nesse segundo grupo que geralmente os alunos que frequentam os cursos pré-vestibulares com o objetivo único de preparar-se para a resolução das provas de múltiplas escolhas.

O aluno de cursos pré-vestibulares, diante da aparente liberdade concedida por esse tipo de estabelecimento se vê compelido não só a estudar, mas também a identificar seus

pontos fracos com relação às disciplinas e/ou aos conteúdos ministrados e, por conta própria, traçar estratégias de estudo para sanar suas carências cognitivas. Essas estratégias são variadas e vão desde criação de grupo de estudos até a frequência mais constante nos plantões de tira-dúvidas, passando pela atitude de perguntar durante as explanações dos professores, resolução das questões propostas pelos recursos pedagógicos oferecidos pelo curso, pesquisa em livros e mídias eletrônicas ou até mesmo busca de outras aulas de reforço. De qualquer forma, o aluno acaba vivenciando uma situação constante de autorregulação da própria aprendizagem.

Morgado (2003) chama atenção para a importância do material didático oferecido pelos cursos pré-vestibulares. Segundo o autor, nas chamadas apostilas, o aluno encontrará tudo o que precisa para se preparar para o concurso. Villamarín (2000) comenta que como não há tempo estudar todo o conteúdo do vestibular, selecionar material de qualidade para os estudos é um bom investimento por parte do aluno que se prepara para uma prova de vestibular.

O material de apoio didático-pedagógico oferecido para os alunos pelos cursos pré-vestibulares vem quase sempre em forma de apostilas seriadas que seguem a programação

divulgada pelas instituições de ensino superior responsáveis pela elaboração da prova do vestibular. Nos cursos observados, essas apostilas não são totalmente elaboradas pelos professores. Elas, na maioria dos casos, são montadas a partir que questões de concursos anteriores, com acréscimo de alguns tópicos teóricos relativos aos conteúdos a serem ministrados, ou, em casos menos comuns, as apostilas são compradas de editoras que produzem esse tipo de material e personalizam a capa de acordo com logomarca do curso, para passar uma ideia de material exclusivo daquela instituição de ensino. Mas, não importando qual seja o processo utilizado na elaboração e confecção das apostilas, elas costumam ser entregues ao alunado mediante o pagamento da mensalidade. Ou seja, todos os alunos matriculados têm acesso ao material didático oferecido pelo curso pré-vestibular, o que praticamente elimina a possibilidade de um aluno não responder às questões propostas por falta de material.

Além das apostilas, alguns cursos oferecem também separatas – material avulso, contendo complemento de assuntos que não foram contemplados nas apostilas; acesso a mídias eletrônicas com aulas gravadas; biblioteca/sala de estudo, para quem tem dificuldade de concentração para estudo

própria casa ou para quem disponha de horário livre para dedicar-se aos estudos; e blogs/sítios eletrônicos, para o aluno que quiser estender seus estudos além dos horários convencionais, responder a outros exercícios ou mesmo rever algum conteúdo no qual tenha dúvida. Todos esses recursos físicos ou virtuais podem estimular o aluno a estudar além do tempo programado para as aulas presenciais, regulando seu processo de aprendizagem de acordo com suas disponibilidades de tempo.

Esse tempo de estudo extra, que vai além do período em sala de aula constitui o que Galvão (2006), amparado por diversos teóricos da Psicologia da Aprendizagem, chama de estudo deliberado. Como há diversos concorrentes diretos à mesma vaga na mesma sala de aula, o estudante que se prepara para o vestibular é levado a acreditar que o tempo dedicado aos estudos fora da instituição de ensino é um fator determinante para o sucesso no dia da prova. No entanto, Galvão (2006) adverte que o excesso de estudo deliberado pode ter como consequência, além do desgaste físico, problema de ordem motivacional. Considerando o momento de preparação para o vestibular como um momento estressante, Rocha (2010) comenta que esse evento pode levar o vestibulando a

apresentar diversos distúrbios físicos e/ou emocionais, como depressão, compulsão alimentar e transtornos no sono. Corroborando com essa informação, Rolim (2007) adverte que os vestibulandos são, ao longo do ano letivo, expostos a um alto índice de estresse, principalmente nos períodos de inscrição e no momento do exame.

No entanto, durante o processo de observação, constatou-se que há estudantes que se preocupam em fazer os exercícios propostos e que vão para sala de aula a fim de desfazer dúvidas e de medir seu grau de conhecimento sobre o assunto pelo índice de erro/acerto em cada bateria corrigida. Outros alunos, contudo, frequentam as aulas com o interesse focado em apenas em saber o gabarito a ser comentado pelo professor, sem que haja uma preocupação de aferir o próprio nível de conhecimento com relação ao assunto. Essas atitudes contrastantes são discutidas por Azzi e Polydoro (2010), quando dizem que há uma tendência de alunos altamente eficazes a selecionarem mais tarefas e desafios, ao mesmo tempo em que alunos menos eficazes tendem a escolher apenas tarefas mais simples, aplicando o mínimo esforço e desistindo facilmente. Outra explicação possível é o medo do fracasso, pois, aos constatar que errou um número que questões que,

para ele, seja considerado grande, o estudante se sentirá desmotivado. As falhas do passado com a mesma disciplina podem levar a uma espécie de sistema de auto-proteção contra novas sensações de falha, pois “desempenhos passados podem ser analisados e adquirirão papel importante na predição de comportamentos futuros” (AZZI e POLYDORO, 2010:137) e “ninguém aplicará esforço caso perceba que será inútil, por falta de algo interno a si próprio e sobre o que não tem qualquer controle” (BZUNECK, 2010: 30).

O número de atrasos observados durante as aulas foi mínimo, sendo que em uma das instituições visitadas ao aluno retardatário é vetado o acesso à sala de aula após iniciados os trabalhos do professor, “para não tirar a concentração dos demais alunos”, conforme comentou um dos atendentes ao ser indagado sobre essa norma do curso

Os estudantes atrasados, conscientes das normas da instituição, raramente ficavam transitando pelos corredores ou pelos arredores do curso. Alguns ficavam na recepção, lendo os jornais e revistas disponíveis, ou o próprio material didático, a chamada apostila. Raros eram os casos de alunos em conversa ou distraídos com outros assuntos alheios ao vestibular. Outros alunos, buscando um local mais apropriado

para os estudos, dirigiam-se à sala reservada para esse fim, que é equipada com cabines individuais e propicia maior privacidade.

Um dos problemas detectados com relação a esse estudo deliberado enquanto os retardatários esperavam permissão para ingresso na aula seguinte é o fato de que a disciplina estudada era, na maioria dos casos a de preferência do aluno, e quase nunca aquela na qual ele sente que tem maior dificuldade. Tal constatação contraria a sugestão de Villamarín (2000), defensor da ideia de que o pré-vestibulando deve mais tempo de estudo às disciplinas nas quais encontra maior dificuldade, mas, por outro lado, serve como comprovação das palavras de Guimarães (2009), quando diz que os alunos costumam optar pelas tarefas que oferecem oportunidade de aprimoramento das habilidades já conhecidas.

O interesse pelas matérias que lhes pareçam mais fáceis é o responsável por uma constatação verificada durante o período de observação *in loco* e em conversas informais com alguns estudantes: o não comparecimento de alguns alunos às aulas cujos conteúdos eles não conseguem assimilar. Ao ser indagado sobre a ausência em algumas aulas, um aluno chegou a afirmar que *só consegue aprender as disciplinas de que gosta,*

preferindo *deixar as outras para depois*. Esse comportamento é explicado por Bandura (2008b), quando diz que as pessoas não são apenas agentes de ações, mas também auto-examinadoras de si mesmas, pois é a partir de uma autoconsciência reflexiva que o ser humano avalia suas motivações e valores.

Dentro de sala de aula, os alunos mostravam-se quase sempre atentos às explicações do professor, o que não impedia que ou outro aluno recebesse ou enviasse mensagem de celulares. Contudo, os aparelhos estavam quase sempre no modo silencioso e nas poucas vezes que alguém deixou soar a campainha recebeu o olhar reprovativo dos colegas e dos professores. Mas, de modo geral, as aulas dos cursos pré-vestibulares observados transcorreram sem incidentes. Pois, como o alunado estava em sala regulado pelo próprio desejo de ali estar, o professor raramente era interrompido por situações alheias ao assunto ministrado, o que contribuía para que a programação exposta oralmente no início da aula fosse cumprida, o que não é garantia de aprendizagem, “afinal o aluno só aprende na medida em que estiver [...] pessoalmente envolvido com persistente trabalho mental que, portanto, exige

motivação” (BZUNECK, 2010, p. 14), mas que pode contribuir para um melhor entendimento do assunto estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não façam parte do sistema oficial de ensino, os cursos pré-vestibulares acabam exercendo um importante papel no processo de aprendizagem dos alunos que disputam uma vaga em cursos superiores.

Usando uma metodologia baseada na informação com o fim de auxiliar o aluno a responder à prova do concurso vestibular, nesse tipo de instituição paralela de ensino favorece ao processo de autorregulação do alunado, pois o deixa livre para decidir quais as aulas que serão frequentadas e não há cobrança quanto à execução das tarefas propostas, tendo o aluno que decidir quando e como irá responder aos exercícios das apostilas. Essa aparente liberdade, associada às pressões internas e externas sofridas pelos vestibulandos, leva-os a questionar suas próprias dificuldades e a procurar estratégias para solucionar as limitações detectadas.

Com os materiais didáticos à mão e com os recursos disponibilizados pela instituição de ensino – plantão de

dúvidas, sítios eletrônicos, sala de estudo, simulados, etc. – o aluno se torna responsável por seu ritmo de estudo, podendo permanecer recorrer aos diversos meios disponíveis para tirar suas dúvidas e progredir nos estudos.

Frequentar um curso pré-vestibular não é uma garantia de aprovação no concurso, mas esse competitivo ambiente de ensino, no qual cada aluno pode ser um companheiro de estudo e ao mesmo tempo um concorrente direto por uma vaga, possibilita um contato do estudante com uma reflexão metacognitiva, na qual ele descobre suas próprias limitações, e favorece a autonomia para o estudo deliberado em busca de um objetivo maior: o ingresso no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BANDURA, Albert. *O sistema do self no determinismo recíproco*. In: BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; POLYDORO, Soely. (org) *Teoria social cognitiva: Conceitos Básicos*. Porto Alegre: Artmed, 2008a.

_____. A teoria social cognitiva na perspectiva da agência. In In: BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; POLYDORO, Soely. (org) *Teoria social cognitiva: Conceitos Básicos*. Porto Alegre: Artmed, 2008b.

BREVIGLIERI, Eduardo; GOMES, Cleomar. F. *As aulas de cursos pré-vestibulares: um estudo sobre a ludicidade como linguagem que motiva*. In: XVI Seminário de educação - Semiedu, 2008, Cuiabá. UFMT, 2008.

BZUNECK, José Aloyseo. *Como motivar os alunos: sugestões práticas*. In: BORUCHOVITCH, Evely, BZUNECK, José Aloyseo, GUIMARÃES, Sueli Edi Rufini. (orgs) *Motivação para aprender*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTRO, Marta Alexandra dos Santos Neves de. *Processos de auto-regulação de aprendizagem: impacto de variáveis acadêmicas e sociais*. (tese de doutorado em Educação). Minho: Universidade do Minho, 2007.

GALVÃO, Afonso. *Cognição, emoção e expertise musical*. In: *Psicologia: teoria e prática*. v. 22. nº2. Maio-ago 2006. 169-174.

GOMES, Candido Alberto. *A educação em novas perspectivas sociológicas*. 4ed. rev. e ampl. São Paulo: EPU, 2005.

GUIMARÃES, Sueli Édi Rufini. Motivação intrínseca e o uso de recompensas em sala de aula. In: BORUCHOVITCH, Evely, BZUNECK, José Aloyseo (orgs.) A motivação do aluno. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HUGO, Diana V. Análisis del proceso de autorregulación de las prácticas docentes de futuras profesoras de ciencias focalizado en sus emociones. (Tese de doutorado em Educação) Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2008.

MORGADO, Leandro. *Sucesso no vestibular*. Curitiba: Juruá, 2003.

PORTILHO, Evelise. *Como se aprende?* Estratégias, estilos e metacognição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

ROCHA, Célia Regina da Silva. Depressão, compulsão alimentar e distúrbio do sono em estudantes do terceiro ano do ensino médio e de cursos pré-vestibulares. (Tese de doutoramento em Saúde da Criança e do Adolescente) Campinas: Unicamp, 2010.

ROLIM, Maria Cândida Camargo. Estresse em estudantes pré-vestibulandos. (Dissertação de mestrado em Educação).Campinas: Unicamp, 2007.

VILLAMARÍN, Alberto J. G. *Como superar a barreira do vestibular*. Porto Alegre: AGE, 2000.

ZENORINI, Rita da Penha Campos, SANTOS, Acácia Aparecida Angeli. Teoria de Metas de Realização: fundamentos e avaliação. In: BORUCHOVITCH, Evely, BZUNECK, José Aloyseo, GUIMARÃES, Sueli Edi Rufini. (orgs) *Motivação para aprender*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOBRE O AUTOR

José Neres

Graduado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão

Especialista em Literatura Brasileira pela PUC-MG

Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília

OUTRAS OBRAS DO AUTOR

1. Negra Rosa e Outros poemas (edição em papel e online)
2. Poemas de desamor (edição em papel e online)
3. A Mulher de Potifar (edição em papel)
4. Restos de Vidas Pedidas (edição em papel)
5. Estratégias para Matar um Leitor em formação (edição em papel)
6. Tábua de Papel (edição em papel - organizador)
7. Sonetos (edição online)
8. Maranhão na Ponta da Língua (com Lindalva Barros) (edição em papel e online)
9. O Verso e o Silêncio de Adelino Fontoura (com Viviane Mota e Jheysse Coelho) (edição em papel e online)
10. Sobras na Escuridão (edição em papel e online)
11. O último desejo de Catirina (edição online)
12. Os Epigramas de Artur (com Dino Cavalcante)
13. 50 Pequenas traições (edição em papel e online)
14. Montello: O Benjamim da Academia (edição em papel)



José Neres

Professor

Escritor

Tradutor

Colaborador em jornais
e revistas

“Ler não é apenas correr os olhos por uma folha de papel ou pela tela de um computador. Ler vai muito além do ato mecânico de decodificar, palavras, frases e parágrafos”

ISBN: 978-85-912085-4-8